

# DEMISSÃO!

Iniciativas do PCP e do PS para que se realize uma sessão extraordinária da Assembleia da República para apreciação dos escândalos governamentais

Na Festa da Alegria, em Braga, e durante o programa do tempo de antena do PCP na Televisão, Carlos Costa desafiou Sá Carneiro para um debate público

Cresce a consciência de que a demissão do Governo "AD" é condição indispensável à seriedade das próximas eleições

Págs. 3/12

# CANDIDATOS DA APU

## OS CANDIDATOS DA VITÓRIA DE ABRIL

Listas completas de todos os círculos nas págs. 5, 6, 7 e 8



Reprodução das primeiras páginas do "Rabotnichesko Delo", órgão central do Partido Comunista Búlgaro que noticia o encontro entre os camaradas Álvaro Cunhal e Todor Zhivkov e uma entrevista concedida pelo secretário geral do PCP

### AMIZADE PCP-PCB

Pág. 3

- O governo "AD" compra cereais e não os paga
- O governo "AD" faz renascer as "surdas" nos bancos
- O governo "AD" nem aos funcionários do MAP paga o que deve
- O governo "AD" prossegue uma ofensiva contra a Setenave

Pág. 9



A direita portuguesa e a sua imprensa são cúmplices das agressões ao povo angolano

Pág. 10

\*\*\*\*\*

### festas férias

15, 16 e 17 de AGOSTO

CAMPO DA MATA

FIGUEIRA DA FOZ

ORGANISMO DO BAIXO MONDEGO DO  
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

\*\*\*\*\*

### festas serranas

15.16.17 AGOSTO

COVILHA  
CASTELO BRANCO  
FUNDÃO - GOUVEIA  
GUARDA-SEIA

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

\*\*\*\*\*

AS FESTAS  
DO PRÓXIMO  
FIM DE SEMANA

FIGUEIRA DA FOZ  
COVILHÃ  
MATOSINHOS  
PORTIMÃO

Pág. 4

\*\*\*\*\*

## COMÍCIOS

com Álvaro Cunhal

● Sábado, às 21 e 30, na Figueira da Foz, no Campo da Mata

● Domingo, às 18 e 30, na Covilhã

## Editorial

## INICIATIVAS CONVERGENTES PARA A DEMISSÃO DO GOVERNO

O começo da semana em curso foi assinalado pela importante iniciativa de pedir a convocação imediata da Comissão Permanente da Assembleia da República, pelo PS primeiro e depois também pelo PCP. Tal pedido teve em vista a marcação urgente de uma sessão extraordinária da Assembleia dada a intensificação da actuação inconstitucional e subversiva do Governo «AD» e a necessidade de um inquérito parlamentar aos presumíveis actos fraudulentos do Primeiro-Ministro na escandalosa questão das suas contas bancárias.

Trata-se de uma iniciativa de profundas repercussões políticas não somente no sentido do desmascaramento e da urgência da demissão de Sá Carneiro e do seu Governo fascizante como também no da aproximação e entendimento entre as forças democráticas, essenciais para uma acção comum em defesa das conquistas do 25 de Abril ameaçadas pela reacção no Poder.

A necessidade da demissão do Governo como se sabe não é nova. Desde que se tornou evidente a sua política anti-constitucional, antidemocrática e antipopular o PCP tem colocado com força e como verdadeira exigência nacional a demissão urgente da equipa governamental da «AD».

«Sá Carneiro para a rua!» é um grito que saltou das consciências para a boca de milhões de portugueses e enche de lés-a-lés as ruas de Portugal.

A insistência que o Comité Central do PCP tem posto na questão da demissão do Governo e pessoalmente de Sá Carneiro teve como é sabido expressão parlamentar na apresentação da moção de censura pelo grupo de deputados comunistas nas últimas sessões da Assembleia da República e cuja discussão e votação foram brutalmente impedidas por uma autêntica «lei da rolha» imposta pela escassa maioria parlamentar da «AD».

O pedido de convocação da Comissão Permanente pôs já em pânico os dirigentes da Aliança reacçãoária. O deputado Ângelo Correia, do directorio da coligação subversiva, já se pronunciou mesmo contra a reunião da Comissão Permanente numa tentativa de subtrair as acusações que pesam sobre o Primeiro-Ministro a sua incontestável carga política.

Como salienta a nota do CC do PCP a oposição dos chefes da «AD» à convocação da AR mostra «mais uma vez o seu desprezo pelo funcionamento das instituições democráticas e uma manifesta culpabilidade num escândalo de grandes proporções em que o Primeiro-Ministro do seu Governo aparece envolvido».

O pedido de convocação da Comissão Permanente da AR ontem apresentado pelo PS significa o reconhecimento, ainda que um tanto tardio, por parte dos socialistas da necessidade urgente de libertar o povo português de um Governo que perdeu toda a autoridade, legitimidade e isenção para conduzir os destinos do País, mesmo no curto período intercalar para que foi investido e ainda mais para assegurar carácter democrático às próximas eleições.

Significa também o reconhecimento prático pelos socialistas das razões e da justiça do PCP ao colocar como

questão central no momento presente a demissão do Governo Sá Carneiro e a sua substituição imediata por um outro que assegure com isenção a condução dos negócios do País até às eleições de Outubro.

O escândalo das contas bancárias de Sá Carneiro retira idoneidade ao actual Primeiro-Ministro, põe em cheque a dignidade e honestidade que devem ser exigidas de quem se encontra investido de tão altas funções na direcção do Estado.

Contudo, nesta questão das contas bancárias, convém pôr ao sol o carácter fraudulento da operação em que presumivelmente se atascou o Primeiro-Ministro.

ALGUMAS pessoas mal esclarecidas pensam que esta questão das dívidas de Sá Carneiro à banca é levantada como pura especulação política dos comunistas contra o actual Primeiro-Ministro. O jornal «Povo Livre», do PPD, dilui com todas as letras.

O PCP nada tem a objectar às dívidas bancárias dum grande número de cidadãos que recorrem ao crédito bancário e podem eventualmente encontrar-se impossibilitados de satisfazer à banca as suas dívidas.

Na prática, um empréstimo bancário é sempre uma dívida e a lei — mesmo as injustas leis de classe do capitalismo — sempre previu mecanismos para fazer pagar as dívidas dos devedores insolventes ou recalcitrantes.

Sá Carneiro podia dever à banca muitas dezenas de milhares de contos, atrasar-se no pagamento, etc., etc. Não seria por aí «que o gato iria às filhós»... desde que se submetesse evidentemente à lei. Mas o problema é outro.

O que a documentação já trazida a público mostra é que actos fraudulentos imputados a Sá Carneiro foram cometidos contra bens do Estado e é isso que é inadmissível no Primeiro-Ministro de um Governo do Portugal de Abril.

Tais fraudes eram moeda corrente no regime fascista. Casos como os de Tenreiro e Ramiro Valadão eram vulgares no regime de corrupção organizada que era o regime de Salazar e Caetano. Que antes Sá Carneiro fizesse as mais escusas operações financeiras contra os Espíritos Santos, os Meios, os Champallimaud não lhe viria mal nenhum — estava em família, entre compadres, desculpavam-se uns aos outros. Mas o que possa ter feito contra a Banca nacionalizada isso então já é um crime contra o Povo. Até nisto Sá Carneiro se mostrou pelas suas práticas um homem do antigo regime.

Sá Carneiro atascou-se presumivelmente no escândalo por uns bons milhares de contos que os seus amigos procuram reduzir a uma insignificância.

Mas o que não é insignificante é que isso tenha sido feito com toda a verosimilhança, por um homem que é depois alçado ao cargo de Primeiro-Ministro e que este homem, antes de assumir um cargo público tão responsável como o que ainda detém, não tenha prestado contas de actos que se reputam pouco limpos antes de ser investido em tão altas funções do Estado.

O simples eleitor da «AD», honrado cidadão português,

que tenha lido a documentação publicada, comprovativa de actos fraudulentos atribuídos ao Primeiro-Ministro, tem razão para estar preocupado com mais este presumível caso de baixa moral do chefe máximo da «AD» a juntar a outros que são já do domínio público.

É evidente que Sá Carneiro, cuja demissão milhões de portugueses exigem hoje, foi já também «demitido» sem remissão da confiança de milhares de eleitores que confiadamente deram o voto à «AD».

Isto irá seguramente acontecer nas próximas eleições não por mera especulação política dos comundãristas mas pelas mais provas que deram de si o actual Primeiro-Ministro e a sua equipa governativa.

O caso dos presumíveis actos fraudulentos do Primeiro-Ministro é apenas uma faceta moral da equipa governante que dirige o País. O que se passa porém no terreno político é bem mais grave e exige que não só Sá Carneiro como todo o seu Governo sejam urgentemente demitidos.

As ilegalidades, os atropelos, a repressão violenta, a manipulação político-partidária do aparelho de Estado ao serviço dos inimigos de Abril, a corrupção e a subversão constituem a prática diária das forças reacçãoárias detentoras do poder executivo.

Para a defesa consequente do regime democrático e das conquistas fundamentais de Abril é imperioso ver claro no horizonte ameaçador e saturado de brumas que a direita fascizante no Poder fabrica diariamente para ocultar objectivos e manobras de subversão e iludir ao mesmo tempo a sua real fraqueza política.

A dupla batalha eleitoral que se avizinha tem uma importância política considerável, os seus resultados poderão influir decisivamente nos destinos imediatos da revolução portuguesa.

Seria contudo dar provas de miopia política pensar que a direita fascizante se preocupa apenas, mais ou menos licitamente, com objectivos eleitorais, que ela centra somente as suas atenções nas eleições.

Tudo o aparelho de Estado foi descaradamente partidário para garantir por todos os meios o sucesso de uma monstruosa burla eleitoral que não só perpetua no governo o domínio da reacção como destrua a ordem constitucional, coloque sob o controlo das forças reacçãoárias os órgãos de soberania que ainda hoje lhe escapam — o Presidente da República e o Conselho da Revolução — que abra rapidamente o caminho à destruição do regime democrático.

A reunião do Gabinete de Ministros com o indigitado candidato da «AD» às eleições presidenciais, Soares Carneiro, é não só um insulto aos órgãos de soberania político-militares legitimados pela Revolução de Abril e pela Constituição da República, como a todo o povo português.

O golpismo encharca cada acto do Governo e da Aliança reacçãoária.

Certos ministérios são autênticos focos de conspiração contra o 25 de Abril. É significativo que Amaro da Costa, ministro da Defesa, depois de ter reclamado um inquérito às actividades do seu departamento, o tenha depois recusado,

logo que os seus acusadores lhe agarraram na palavra, exigindo-o formalmente.

Na Assembleia da República «a noite mais longa» da maioria periclitante da «AD» impediu de facto a discussão do pedido de inquérito aos actos do ministro.

O MAP em coordenação com o MAI leva às terras da Reforma Agrária não só a ilegalidade e o esbulho violento de terras e bens das UCPs, cujo estatuto a Constituição garante e nenhuma lei contesta, como instaura no Alentejo e no Ribatejo um autêntico clima de guerra civil.

Corpos especiais das forças repressivas agem sem lei nem roque, em apoio de bandos de agrários armados, espancam trabalhadores como nos velhos tempos, levam a cabo iniciativas somente previstas em regime de estado de sítio, invadem locais públicos, fazem rugas a cidadãos pacíficos, agridem os objectores, impõem em vastas regiões uma dinâmica de repressão quase incontrolável.

A dupla Cardoso Cunha e Goulão com Eurico de Melo são nomes que trazem o ferrete do ódio de milhares de trabalhadores.

O acesso fascizante enche-se de pús e torna-se uma ameaça real no corpo do Portugal de Abril.

O revanchismo e o neocolonialismo levantam cabeça encorajados pela política profundamente reacçãoária do Governo da «AD».

O ambiente é tão «acolhedor» que o jornal fascista «Economia & Finanças» sente-se à vontade para escrever neste ano de 1980 «mimos» como este:

«A acção militar portuguesa numa terceira guerra mundial, que assustadoramente se desenha no horizonte, só pode ter lugar em África». «... reduzir o exército a meia dúzia de regimentos de comandos e a armada a uma ou duas escassas dezenas de lanchas de fiscalização da pesca, concentrando esforços militares numa aviação moderna, suficientemente forte para se fazer respeitar, e na preparação de uma intervenção africana no caso de conflito».

Lê-se isto e pasma-se como pode ser escrito no Portugal de Abril. No Portugal que banuiu, ele próprio, dentro das suas fronteiras, o colonialismo.

A continuação do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral briga frontalmente com as instituições democráticas e a Constituição, a sua demissão imediata pelo simples funcionamento dos mecanismos constitucionais é um imperativo nacional irrecusável.

E apesar das densas nuvens as instituições democráticas podem funcionar, podem abrir soluções para a difícil crise que vivemos.

A preparação dos próximos actos eleitorais exige o entendimento entre as forças democráticas, impõe que se criem as condições políticas prévias necessárias para a derrota do bloco reacçãoário, para remeter à sua expressão minoritária real a representação parlamentar da direita fascizante.

São objectivos que estão ao alcance das forças democráticas e de todos os patriotas, desde que cerrem fileiras face aos perigos e ameaças da direita.

## Saudação do PCP ao II Congresso do AKFM/KDRS de Madagascar

Nesta ocasião evocamos solidariamente a luta heróica do vosso Partido e do vosso povo pela defesa da liberdade, do progresso e da Independência Nacional da República Democrática de Madagascar — lê-se na saudação enviada pelo CC do PCP ao Comité Central do AKFM/KDRS, cujo II Congresso se vai realizar de 13 a 19 de Agosto, em Antananarivo.

Tal como no passado contra o colonialismo e o neocolonialismo — prossegue a saudação —, também na etapa actual da revolução nacional democrática e no quadro da Frente Nacional da Defesa da Revolução, o vosso Partido tem vindo a contribuir em grande medida para a concretização dos objectivos da Carta da Revolução Malgache, através da sua luta firme pela defesa da unidade nacional e pela consolidação de uma via progressista de desenvolvimento da sua pátria, que corresponde aos interesses e à vontade dos trabalhadores e do povo malgache em geral.

Depois de considerar que se

criam condições para o surgir de uma nova correlação de forças mundial mais favorável às forças democráticas, do socialismo e da paz, apesar dos perigos e ameaças decorrentes da política agressiva do imperialismo, a saudação afirma:

Solidário com a luta dos povos dos países da África Austral contra as agressões militares nos seus territórios perpetradas pelas forças racistas da República da África do Sul, o Partido Comunista Português condena firmemente a política de agressões criminosas do regime racista da África do Sul, evidenciada na recente invasão do território da República Popular de Angola, e apoia a heróica luta das forças nacionalistas e patrióticas da Namíbia e da África do Sul no seu combate contra o colonialismo, o racismo, o «apartheid», pela independência nacional.

Face aos esforços do imperialismo norte-americano em perpetuar a sua política de agressões e guerra, e os perigos decorrentes dessa política, o Par-

tido Comunista Português condena veementemente as provocações e manobras militares de desestabilização que o imperialismo vem praticando na zona do Oceano Índico, com o reforço da base americana de Diego Garcia, e solidariza-se com a luta dos povos africanos e com todas as forças amantes da paz pela transformação do Oceano Índico em zona de paz, desmilitarizada e desnuclearizada.

Mais adiante, a saudação do PCP pronuncia-se contra as gigantescas manobras militares e provocações do imperialismo norte-americano dirigidas contra Cuba socialista, El Salvador e outros povos da América Central e Caraíbas, e condena firmemente o golpe de Estado provocado pelos sectores mais reacçãoários e fascistas do Exército, denunciando ainda os propósitos e a prática do imperialismo que dá voz a uma gigantesca campanha anticomunista e anti-soviética a pretexto dos acontecimentos do Afeganistão, ao mesmo tempo que prossegue uma perigosa estratégia belicista no Próximo e Médio Oriente

e ameaça a paz no continente europeu, nomeadamente com os planos de instalação de 600 novos mísseis.

Depois de se referir à actual situação política portuguesa e à actuação antinacional do Governo de Sá Carneiro-Freitas do Amaral, que depara no país com a forte oposição de um amplo movimento operário e popular de massas, prossegue:

O Comité Central do Partido Comunista Português está resolutamente solidário com os esforços do povo malgache na consolidação da sua independência, no reforço da sua economia nacional e na instauração de uma sociedade socialista em prol da liberdade e do progresso social e da paz.

Desejando os maiores êxitos para os trabalhos do vosso Congresso, o PCP manifesta-vos a vontade de continuar a agir pelo reforço dos laços de amizade fraternal entre o Partido Comunista Português e o AKFM/KDRS no interesse dos nossos dois partidos e povos e na causa da democracia, da paz e do socialismo.

## PROGRAMA ELEITORAL DO PCP

para a Vitória de Abril

2.ª edição

TIRAGEM TOTAL: 90 000 EXEMPLARES

edições Avante!

À venda nas livrarias e nos Centros de Trabalho do PCP

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PRÓPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX Tel. 768345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 797447/69751

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa-CODEX Tel. 769725/769722

DISTRIBUIÇÃO:

CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º - 1000 Lisboa Tel. 779828/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-Civ.º - 1000 Lisboa Tel. 769705 - Arranjo os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 372238

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 28836

Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 310441

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrúlia - 3000 Coimbra Tel. 31286

Centro Distribuidor do Alentejo: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º - 1000 Lisboa Tel. 779828

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa Tel. 776936/776750 - Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto Tel. 381067

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 - Venda Nova - 2700 Amadora Tel. 900044

Composto e impresso na Hepta Portuguesa R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora

Tiragem média no mês de Julho: 66.387



Nota do Secretariado do PCP

# IMPÕE-SE A DEMISSÃO URGENTE DO GOVERNO

1. Repetidas vezes o PCP, em plena sintonia com o sentir e a vontade expressivamente manifestada pelo povo português, tem reclamado a demissão imediata do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

A urgência da demissão impõe-se, por um lado, porque o Governo "AD", uma vez encerrada a sessão da Assembleia da República, vendo-se sem controlo parlamentar, intensificou ainda mais a sua violenta ofensiva contra as conquistas democráticas do povo português (designadamente, a Reforma Agrária, as nacionalizações, os direitos dos trabalhadores, as liberdades democráticas) e desenvolve toda uma actuação contra a Constituição e a legalidade democrática.

A urgência da demissão impõe-se, por outro lado, porque o Governo "AD" com a sua política e a sua actuação antidemocrática e subversiva, com o assalto vergonhoso à Comunicação Social, em muitos casos entregue a fascistas e reacccionários, com o recurso crescente a métodos repressivos, a fraudes e ilegalidades, compromete o carácter democrático das próximas eleições para a Assembleia da República.

A urgência da demissão impõe-se ainda mais, dados os escândalos em que se encontra envolvido o 1.º Ministro, Sá Carneiro, designadamente pela acusação que lhe é feita de ter procurado fraudulentamente ocultar a sua dívida de 32.000 contos à banca nacionalizada.

2. Tendo considerado os mecanismos institucionais que podem conduzir à demissão do Governo, o PCP tem encarado e defendido em diversas ocasiões a possibilidade de convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia da República para que este importante órgão de soberania discuta a grave e insustentável situação da persistência de um governo que perdeu a legitimidade para governar e de um Primeiro-Ministro que, envolvido em escândalos e recusando voluntariamente demitir-se, ofende as instituições democráticas e a dignidade do Estado.

3. A iniciativa do PS de propor a convocação da Comissão Permanente da Assembleia da República com vista a um inquérito parlamentar às acusações que têm sido dirigidas a Sá Carneiro, corresponde às ideias que o PCP tem defendido quanto à urgência de iniciativas que representem uma resposta das instituições, e nomeadamente da Assembleia da República, a uma situação de abuso do poder, violação da Constituição, das leis e da moral pública.

4. O Grupo Parlamentar do PCP fará também entrar na Assembleia da República amanhã, dia 13, um requerimento a propor a reunião da Comissão Permanente a fim de que se realize no mais curto prazo possível uma sessão extraordinária da Assembleia da República.

5. Se os partidos reacccionários se opuserem à convocação da Assembleia da República, mostrarão com isso uma vez mais o seu desprezo pelo funcionamento das instituições democráticas e uma manifesta cumplicidade num escândalo de grandes proporções em que o Primeiro-Ministro do seu Governo aparece envolvido.

6. A solicitação da convocação extraordinária da Assembleia da República insere-se na luta dos democratas e do povo português para cortar o passo à ofensiva reacccionária, defender e consolidar as conquistas da revolução e o regime democrático, e assegurar o futuro do Portugal de Abril.

Lisboa, 12 de Agosto de 1980

O Secretariado do Comité Central do P.C.P.

**É o seguinte o texto do documento entregue pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Presidente da Assembleia da República sobre a convocação urgente da Comissão Permanente da AR:**

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia da República Considerando que:

1.º O Governo do Primeiro-Ministro Sá Carneiro vem agravando as suas actuações contra a Constituição, as leis e as instituições democráticas, aproveitando o não funcionamento da Assembleia da República para melhor prosseguir práticas ilegais e ilegítimas e objectivos sectários e subversivos;

2.º O Primeiro-Ministro Sá Carneiro foi publicamente envolvido num escândalo financeiro sem que até agora tenha contraposto, por forma a pelo menos pôr em dúvida as provas e demais documentação publicada e fortemente indiciadoras de procedimentos ilegais e moralmente intoleráveis;

3.º O Governo do Primeiro-Ministro Sá Carneiro é pública e notoriamente culpado de abuso de poder com vista a pôr o aparelho de Estado e os órgãos de comunicação social estatizados em período pré-eleitoral ao serviço de interesses e objectivos partidários, contra a Constituição, as leis e a moral pública, fazendo alarde de falta de isenção e de permanente desrespeito pelas instituições da República; — O Grupo Parlamentar do PCP, para efeito do disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 183.º da Constituição, requer a V. Ex.ª que promova no mais curto prazo possível uma reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República.

Lisboa, 12 de Agosto de 1980

O Grupo Parlamentar do PCP

## O escândalo grassa nas listas da «AD»

A lista de candidatos que a «AD» apresenta às próximas eleições legislativas é mais um sintoma bem nítido das manobras que se preparam nos bastidores para a batota eleitoral. Percorrendo os nomes que integram tais listas, podem-se encontrar 13 ministros (12 do actual governo e um dos superministros da ditadura fascista), 10 secretários de Estado (entre os quais o mais directamente responsável pela realização das eleições) e o próprio director-geral do organismo estatal encarregado de todas as operações eleitorais, além de dois governadores-civis em efectividade de funções.

As candidaturas da «AD» constituem, no mar de escândalos deste governo e dos partidos que o apoiam, uma afronta ao regime democrático português, à dignidade e lisura que devem presidir a um acto eleitoral e ao próprio 25 de Abril.

Com efeito, entre os candidatos apresentados pela «AD», figura um dos mais importantes ex-ministros fascistas de Salazar — Adriano Moreira. Aquele que foi durante um certo período um dos «delfins» do ditador fascista candidatado-se em segundo lugar no círculo eleitoral de Bragança, portanto num lugar onde, caso se repetissem neste círculo os resultados de 2 de Dezembro, o ex-ministro ver-se-ia com «direito» a um lugar em S. Bento na bancada do CDS, partido pelo qual se apresenta como candidato «independente».

O descaramento da «AD» não tem limites; depois de já ter feito sentar em S. Bento ex-deputados da Assembleia fascista, a coligação eleitoral da direita volta-se agora para as suas figuras mais gradas. Os elogios tecidos a Adriano Moreira por uma das luminárias da «AD» — o seu coordenador-geral Lucas Pires — afirmando nomeadamente que a «AD» se deveria felicitar pelo facto do ex-ministro do Ultramar fascista se candidatar nas listas da coligação da direita — revelam bem os intentos dos dirigentes reacccionários, mesmo que o mesmo Lucas Pires se apresse, depois, a tentar mostrar Adriano Moreira como representante de uma pretensa primeira «ala liberal do antigo regime»...

### Entre escândalos prepara-se a batota

Se a candidatura de Adriano Moreira nas eleições democráticas constitui um escândalo político, a apresentação como candidatos de José Luís Vilaça (quanto lugar da lista de Braga) e Duarte Nuno e Vasconcelos (número seis da lista de Santarém) constituem verdadeiras afrontas ao regime democrático e representam autênticas frinchas por onde se podem descortinar o estendal de fraudes e batotas que se acastelam nas mentes dos dirigentes da «AD», com vista a garantirem, por quaisquer meios, a vitória eleitoral.

De facto, estes dois senhores não são dois quaisquer cidadãos: o primeiro é, nem mais nem menos, que o secretário de Estado da Administração Interna, um dos máximos responsáveis governamentais pelo funcionamento e realização do acto eleitoral; o segundo, por sua vez, desempenha as funções de director-geral do STAPE (Secretariado Técnico para os Assuntos do Processo Eleitoral) — organismo estatal encarregado, precisamente, de todas as operações eleitorais.

Que isenção e dignidade podem os portugueses esperar de dois responsáveis encarregados de fiscalizarem um acto em que eles próprios (e os interesses que defendem) estão empenhados?

Mas as tentativas de jogo caseiro por parte da «AD» não ficam por aqui. Em Faro e na Guarda, a coligação da direita faz candidatar os governadores civis respectivos, Gago Vitorino e Leitão Paulo, um do PPD e o outro do CDS.

### Governo em campanha ou campanha de governo?

O actual executivo PPD/CDS é composto por quinze ministros e 38 secretários de Estado. Pois dos 15 ministros, nada mais nada menos que 12 apresentam-se como candidatos às próximas eleições, cinco dos quais como cabeças de lista.

Para a «AD», o governo do país não passa, assim, de um mero gabinete de propaganda eleitoral — como, aliás, ainda recentemente se comprovou quando Sá Carneiro convidou o seu candidato às presidenciais para assistir a um plenário do Conselho de Ministros, num acto que constitui uma autêntica provocação ao órgão de soberania Presidência da República, bem como de procura de confrontos entre órgãos de soberania.

Dos quinze ministros que constituem o elenco governativo, apenas ficam de fora os dos Transportes, do Trabalho e da Administração Interna, este no entanto, delegando o seu trabalho da campanha eleitoral no seu secretário de Estado, como aliás já referimos. São, por sua vez, em número de dez os secretários de Estado candidatos, contando-se entre eles os da Administração Interna, da Reforma Administrativa, da Emigração (que é, aliás, cabeça-de-lista no círculo fora da Europa), das Finanças, do Fomento Agrário, etc.

Deixar de governar para fazer campanha eleitoral e fazer campanha eleitoral desgovernando são, assim, duas das receitas com que o governo «AD» procura subtrair-se à derrota que os democratas, que o povo português lhe vai infligir em 5 de Outubro. Porque cada vez começa a ser mais e mais intolerável o lamaçal de escândalos em que se atola a «AD», os seus dirigentes e o seu governo. A utilização do aparelho de Estado e das funções governativas por parte da «AD» são um sinal de que a coligação da direita teme as eleições de Outubro; mas o povo português irá demonstrar que não teme as pressões e chantagens, irá provar que as manobras estão condenadas à derrota.

## Encontro de Álvaro Cunhal com Todor Jivkov

Regressou na passada segunda-feira a Lisboa o camarada Álvaro Cunhal após um período de férias na Bulgária. Durante a sua estadia naquele país, o secretário-geral do PCP encontrou-se com o primeiro secretário do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro, camarada Todor Jivkov, tendo sido divulgado um comunicado conjunto em que, após noticiar o encontro, se afirma:

Durante o encontro os dirigentes dos dois partidos deram uma informação recíproca da actividade do PCB e do PCP. Discutiram alguns importantes problemas actuais da situação internacional e do Movimento Comunista Internacional.

O camarada T. Jivkov informou sobre a preparação do XII Congresso do PCB. Expressou a solidariedade dos comunistas e do povo da Bulgária para com a luta do PCP, dos trabalhadores, dos democratas e patriotas de Portugal em defesa das conquistas democráticas, pela consolidação do desanuviamento e da cooperação internacional.

O camarada Álvaro Cunhal informou da complexa situação política existente em Portugal e da luta do povo português contra a perigosa ofensiva das forças reacccionárias que têm como objectivo a restauração do poder dos monopólios e dos latifundiários e a liquidação do regime democrático. O camarada A. Cunhal saudou os grandes êxitos do povo búlgaro na edificação da sociedade socialista desenvolvida e a sua consequente política de paz e segurança entre os povos.

Os camaradas T. Jivkov e A. Cunhal sublinharam a política de princípios do PCB e do PCP com vistas a repelir com decisão as forças do imperialismo coadjuvadas pelos dirigentes chineses, que procuram provocar uma nova e perigosa corrida aos armamentos e fazer voltar a Europa e o mundo aos anos de guerra fria.

Neste contexto salientaram a importância primordial das propostas construtivas da URSS e outros países socialistas para a superação da agudização da situação internacional, para a eliminação do perigo que pesa sobre a paz mundial.

Congratulado-se pelos sucessos alcançados pela luta dos povos em todo o mundo os dirigentes do PCB e do PCP destacaram a necessidade de uma consolidação ainda maior da coesão do Movimento Comunista Internacional, do reforço, da cooperação entre as forças do movimento revolucionário mundial (os países socialistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional), da unidade de acção de todas as forças democráticas e amantes da paz na luta pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz e o desarmamento.

Os camaradas T. Jivkov e A. Cunhal apreciaram altamente os laços de amizade e cooperação criados entre o PCB e o PCP e expressaram a disposição para a consolidação e aprofundamento posterior das relações entre os dois partidos irmãos na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

Os dois dirigentes expressaram também a opinião comum da necessidade do reforço das relações de cooperação entre os dois povos e os dois países.

No encontro, que decorreu numa atmosfera cordial de camaradagem, tomou parte o camarada Stanichev, membro do Secretariado do PCB.

## Em Braga, Carlos Costa lança desafio: Sá Carneiro vai fugir à resposta?

(...)

Estes 8 meses de governo «AD» mostraram já claramente qual a «mudança» que a «AD» queria e quer impor ao povo português. A «AD» fez centenas de promessas concretas com que dizia ir melhorar a vida do povo português: prometeu desde «casa para todos» até ao «ordenado para as donas de casa», passando pelo «peixe em todas as mesas»...

Prometeu o pluralismo nos órgãos de comunicação social e o respeito pelas leis e a ordem democrática. Mas o que a «AD» fez, está perante os olhos de todos: casas, mesmo para alugar, praticamente não há; os preços para o povo consumidor aumentam todos os dias, ao mesmo tempo que diminuem os preços pagos aos agricultores pobres e se lhes criam tremendos problemas de escoamento como, por exemplo, está a acontecer, e vai piorar ainda, com o vinho. Os ricos intermediários da «AD» esbulham assim os pequenos produtores e o povo consumidor.

Quando aos reformados: é sabido que há cerca de 1 milhão e 600 mil reformados; o que, na realidade, se passou é que mais de 1 milhão e 200 mil (isto é, mais de 3/4 do número total de reformados) não teve qualquer aumento. E, dos outros menos de 400 mil, metade teve aumentos reais de apenas 10 a 250\$00 por mês.

O governo diz também que desceram os impostos. Mas, confrontando o Orçamento Geral do Estado para 1979 e 1980, infelizmente se vê que os portugueses vão pagar em 1980 para o OGE mais 40 milhões de contos do que em 1979, isto é, que cada português pagará em média para o OGE mais 4 contos e tal do que no ano passado.

Quando ao acatamento das leis, das decisões dos tribunais e da ordem democrática, o exemplo de repressão fascista que diariamente o governo «AD» pratica no Alentejo com total desrespeito da Constituição que consagra a Reforma Agrária, das leis e das decisões dos tribunais é bem um exemplo elucidativo da nova ordem fascista violenta que ele desejava impor em todo o país.

Desacreditado perante os que, iludidos, votaram na «AD», o governo apoderou-se, ilegalmente, de praticamente todos os órgãos de comunicação social estatizados para, tal como o faziam os fascistas antes do 25 de Abril, martelarem diariamente as suas demagógicas mentiras.

Sá Carneiro e um rebanho de outros carneiros vão à televisão martelar que aumentaram em 21% as pensões dos reformados, que diminuíram os impostos, etc., etc.

Mas vejamos o que se passou, por exemplo, nestes dois casos.

Quando aos reformados: é sabido que há cerca de 1 milhão e 600 mil reformados; o que, na realidade, se passou é que mais de 1 milhão e 200 mil (isto é, mais de 3/4 do número total de reformados) não teve qualquer aumento. E, dos outros menos de 400 mil, metade teve aumentos reais de apenas 10 a 250\$00 por mês.

O governo diz também que desceram os impostos. Mas, confrontando o Orçamento Geral do Estado para 1979 e 1980, infelizmente se vê que os portugueses vão pagar em 1980 para o OGE mais 40 milhões de contos do que em 1979, isto é, que cada português pagará em média para o OGE mais 4 contos e tal do que no ano passado.

Exercendo um domínio totalitário sobre os meios de comunicação social estatizados, o governo impede que estas verdades sejam claramente explicadas a todo o povo. Também a TV não disse que, na discussão do OGE o PCP propôs que o limite do imposto profissional passasse de 105 contos, como a «AD» impôs, para 138 contos, o que evitaria o pagamento do imposto profissional às 250 mil pessoas atrás mencionadas. Também não disse que o PCP propôs o aumento do abono de família de 300 para 500\$00; a actualização das pensões dos rurais; desalugados e inválidos de 1 800 para 3 750\$00; do subsídio de grande inválido de 1 000 para 3 000\$00; da pensão mínima de velhice e invalidez de 3 600 para 4 500\$00 e de pensão de sobrevivência para 60% da pensão de invalidez e velhice.

A favor destas sérias propostas do PCP votaram (valha-lhes isso) o PS e a UDP. E contra elas votaram todos os deputados do PPD, do CDS, do PPM e dos chamados Reformadores.

Para justificarem os seus votos contra, estes hipócritas da «AD» alegaram não haver dinheiro, o que era e é totalmente falso. A prova disso é que os mesmos deputados votaram uma autorização legislativa que permitiu ao governo Sá Carneiro atribuir 200 milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas e agrários.

A conclusão salta à vista: de cada mil pessoas que acreditaram nas promessas da «AD» e votaram na Aliança reacccionária, 999 foram burradas e apenas em relação a uma em cada mil (grande capitalista ou agrário) a «AD» deu o que prometeu. Isto é,

a «AD» teve 2 600 mil votos mas só cumpriu as promessas que fez a 2 600 grandes capitalistas e agrários.

(...)

Nem outra coisa se poderia esperar de um governo chefiado por Sá Carneiro, ex-deputado da Assembleia Nacional fascista, eleito pela então chamada União Nacional, homem atascado em escândalos de toda a natureza, como demonstrarei documentalmente na TV, se ele aceitar o desafio que lhe fizemos e que amanhã a TV tornará público no nosso escassíssimo tempo de antena, escândalos dos quais um só, o do chamado «Watergate Português», seria mais que suficiente para que um primeiro ministro com um mínimo de vergonha (que honradez está provado que a não tem) se demitisse de tais funções.

(...)

Exemplo igualmente típico do «mudança» que a «AD» deseja é a escolha que faz do seu candidato à Presidência da República, Soares Carneiro. Trata-se de um general que se orgulha de ser contra o 25 de Abril, um general fascista e colonialista que mandou e serviu a PIDE em Angola e assinou pelo seu próprio punho a ordem de prisão, o campo de concentração e extermínio nazi de S. Nicolau, de patriotas angolanos que tinham sido absolvidos em julgamento pelos tribunais.

que querem acima de tudo assegurar que Abril prossiga. E, com o seu voto, assegurarão de facto que Abril vencerá!

Mas, mesmo não tendo em conta a questão de fundo que acabei de referir, se se põe apenas a questão de saber em qual das grandes forças políticas democráticas o voto é mais directamente útil para retirar um deputado à «AD» pelo círculo de Braga, ganhando-o para as forças democráticas, então a discussão tem de transferir-se para a objectividade dos números, e estes falam por si.

Na verdade, em termos meramente eleitorais, qualquer pessoa que faça as contas, verifica que é a APU que, através da eleição de um segundo deputado, mais perto está de reforçar o número de deputados das forças democráticas no distrito. Com efeito, tendo em conta os resultados das eleições para a AR/79, à APU faltam apenas 8 000 votos para eleger o seu segundo deputado, que seria retirado à Aliança Reacccionária; enquanto o PS, para eleger mais um deputado (que seria o seu 6.º deputado) precisaria de subir cerca de 18 000 votos. Por outro lado, verifica-se que mesmo que o PS perdesse 4 200 dos seus votos anteriores e não recebesse nenhum voto da UEDS, mesmo assim, não perderia nenhum dos seus actuais cinco deputados. Verifica-se, assim, que, mesmo sem ter em conta quem melhor defende a democracia e os interesses dos trabalhadores e do povo, o voto na APU é, no distrito de Braga, aquele que melhor pode contribuir para que a Aliança reacccionária perca deputados em favor das forças democráticas.

(...)

O voto na APU é, pois, o único voto seguro e certo para os democratas e socialistas mais consequentes que querem dar ao PS mais uma lição sobre quem é imperioso, para a defesa da democracia, que ele se alie após as eleições,

## Semana

6  
Quarta-feira

1978 — Encerra no Pavilhão do Palácio de Cristal, no Porto, a exposição sobre o campo de concentração do Tarrafal, que foi visitada por muitos milhares de pessoas.



1500 pescadores em luta

Continuam paralisadas desde 31 de Julho último todas as traineiras e motoras da pesca da sardinha de Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Matosinhos e Afurada; a luta dos cerca de 1 500 pescadores envolvidos, visa não apenas obter um melhor preço para o pescado, mas também conseguir um conjunto de medidas que são consideradas indispensáveis para a salvaguarda da continuidade do trabalho piscatório. Uma nota da SIP do PCP considera que a entrada em funções na RTP de Proença de Carvalho anuncia, a avaliar pelas suas próprias declarações, novas e mais grosseiras violações do pluralismo, mais descarado favoritismo em relação ao Governo e à «AD», maiores e mais gravosas ofensas a elementares princípios deontológicos e aos direitos dos profissionais de informação da RTP.

7  
Quinta-feira

1979 — O Presidente da República dá posse aos secretários e subsecretários de Estado do Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, completando assim o elenco do V Governo Constitucional.



Mário Adegas

Segundo notícia do matutino «o diário», o director da contabilidade do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa na altura em que foram cometidas pelo banqueiro Holtremam Roquete as fraudes em benefício dos irmãos Sá Carneiro, era Mário Adegas, o membro da Comissão Política Nacional do PSD recentemente nomeado vice-presidente daquele Banco nacionalizado. O PS manda evacuar todas as suas sedes em Lisboa e chama a Brigada de Minas e Armadilhas da PSP na sequência de um telefonema anónimo «anunciando» a presença de uma bomba-relógio colocada numa das sedes; nada foi encontrado. O governo «anuncia» por nota oficiosa que apenas referendará um decreto-lei do Conselho da Revolução sobre aumentos «não excederem os estabelecidos para a Função Pública». O Conselho da Revolução declara inconstitucional, por unanimidade, o Estatuto da Região Autónoma da Madeira, na sequência de um parecer da Comissão Constitucional no mesmo sentido.

8  
Sexta-feira

1583 — Morre no Pragal, Almada, Fernão Mendes Pinto, o autor da «Peregrinação».



O «caso» de cortiça

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, inicia uma visita de quatro dias à região da serra de Estrela, a convite dos municípios locais. Um porta-voz da Presidência da República afirma ao semanário «O Jornal» que o general Soares Carneiro tem transgredido normas disciplinares e padrões éticos indiscutíveis das Forças Armadas portuguesas. A Aliança Povo Unido (APU) entrega as listas de candidatos às próximas eleições legislativas para os dois maiores círculos eleitorais do país, Lisboa e Porto. Os Conselhos de Redacção dos dois canais da RTP afirmam em comunicado, que as declarações de Proença de Carvalho sobre a exclusiva «competência» e «legitimidade» da Comissão Administrativa para decidir sobre a programação da RTP e o conteúdo da sua informação vão contra o estabelecido nas leis da Imprensa e da Televisão, considerando que «tais afirmações bem podem ser classificadas como os fundamentos teóricos de uma ingerência ilegal, de que começam a surgir os primeiros sinais». Os tiradores de cortiça dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém decidem prolongar por mais uma semana a greve iniciada no dia 26 do mês passado, pela revogação do Decreto-Lei 98/80 mais conhecido por «Lei roubo da cortiça». O Governo Sá Carneiro reúne-se com o general Soares Carneiro, aspirante a candidato da «AD» à Presidência da República, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em S. Bento; nesta reunião governamental assim «presidência», os ministros e secretários de Estado, segundo o «insuspeito» semanário «Expresso», fizeram exposições sobre a política dos respectivos sectores «não só no que toca à presente situação como para os próximos quatro anos».

9  
Sábado

1908 — Morre em Lisboa o escritor Trindade Coelho. Tinha 47 anos de idade.

Segundo um comunicado do Ministério das Finanças e do Plano, o prazo para a entrega da declaração do Imposto Complementar vai ser ampliado em virtude do atraso na distribuição de impressos. O director-geral da agência Angola Press (ANGOP) e o conselho de gerência da ANOP definem os principais pontos que deverão ser incluídos no acordo entre as duas agências, a assinar brevemente em Luanda.

10  
Domingo

1978 — Um atentado terrorista de «separacionistas» açorianos provoca dois feridos em Ponta Delgada.

Discursando no encerramento da Festa da Alegria, que decorreu durante três dias em Braga por iniciativa da DORM do PCP, Carlos Costa, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP afirma que as três opções fundamentais de voto que se põem ao eleitorado correspondem apenas a duas alternativas: ou uma nova ditadura fascista, representada pela opção «AD», ou a vitória das forças democráticas, que só pode traduzir-se num governo e numa política democrática na base da aliança do PCP com o PS, da APU com a FRS. A «AD» inclui Adriano Moreira, antigo ministro de Salazar, como «seu» segundo candidato pelo círculo de Bragança, em representação do CDS; Lucas Pires, vice-presidente deste partido e coordenador-geral da coligação da direita, considera que a «AD» se deve «felicitar» pela adesão deste «ex-delfim» do fascismo.

11  
Segunda-feira

1978 — Demite-se o único vereador do PPD/PSD na Câmara Municipal de Évora, que deixou assim de ser «comum», nas eleições antecipadas posteriormente realizadas; a APU volta a conquistar a maioria absoluta.

Ávaro Cunhal, secretário-geral do PCP, regressa da Bulgária, onde passou cerca de três semanas de férias depois de ter assistido, em Moscovo, à inauguração dos Jogos Olímpicos; em declarações proferidas à chegada, Ávaro Cunhal afirmaria que a «AD» será derrotada nas próximas eleições e reduzida aquilo que efectivamente é: uma minoria na Assembleia da República. O MAP reconstitui dois latifúndios com a entrada ilegal de terras de UCP's: um em Portalegre, «devolvida» a Bartolomeu Louro Rodrigues, e outro no Couço, distrito de Santarém, a favor de Veiga Teixeira. Termina o prazo de apresentação de candidaturas às eleições legislativas. O Presidente da República da Guiné-Bissau, Luís Cabral, chega a Lisboa para uma visita privada de dois dias a convite pessoal do Presidente Ramalho Eanes.

12  
Terça-feira

1975 — É nacionalizada a CUF

Uma nota do CC do PCP informa que o Grupo Parlamentar do PCP vai entregar amanhã na Assembleia da República um requerimento a propor uma reunião da Comissão Permanente da AR, a fim de que se realize no mais curto espaço de tempo uma sessão extraordinária, «para que este importante órgão de soberania discuta a grave e insustentável situação de crise de um governo que perdeu a legitimidade para governar e de um primeiro-ministro que, envolvido em escândalos e recusando voluntariamente demitir-se, ofende as instituições democráticas e a dignidade do Estado»; o PS anuncia que desenvolverá amanhã idêntica diligência. Representantes de 24 associações de emigrantes, em conferência de imprensa denunciam que as reivindicações dos emigrantes portugueses ainda não encontraram uma resposta positiva por parte dos sucessivos governos constitucionais, que apenas se interessam pelas economias e os votos dos trabalhadores emigrados.

## Festa em Portimão

A Festa de Agosto, que já tem tradições em Portimão, vai de novo realizar-se por iniciativa do PCP. São três dias, os do próximo fim de semana, de animado convívio naquela cidade algarvia, no Largo da Felra, junto ao Viveiro.

Na próxima sexta-feira à noite começa logo o baile com a actuação do conjunto «Pops 71», que animará também os balles de Sábado e de Domingo.

E agora os artistas: na sexta-feira, na Noite de Fado, participam Natércia de Aguiar e José Manuel Osório; no Sábado, espectáculo com Maria Dulce, José Jorge Letria, Filipe Gomes dos Santos e Teresa Paula Brito; no Domingo, para além da exibição de ginástica, actuam lo Apoloni e Carlos Paredes.

A Festa de Agosto, que será animada com os comes e bebes, as vendas de artesanato, uma venda de produtos da Reforma Agrária no Sábado de manhã, culminará com um comício no qual tomará a palavra a camarada Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central do PCP, candidata da APU às próximas eleições para a Assembleia da República.

## «Férias 80» na Figueira da Foz

Considerada a maior iniciativa político-cultural da região do Baixo Mondego, a Festa «Férias-80» volta este ano a ser ponto de encontro para milhares de pessoas na bela cidade da Figueira da Foz. A iniciativa é do PCP e decorrerá amanhã, sábado e domingo no agradável Campo da Mata, gentilmente cedido pela Santa Casa da Misericórdia — Obra da Figueira da Foz.

Como sublinha a comissão organizadora em documento divulgado pela Secção de Informação e Propaganda do Organismo do Baixo Mondego do PCP, «ponto de encontro para quem goza férias na Figueira da Foz e para quem quer passar um fim-de-semana diferente de convívio, alegria, divertimento e cultura, a Festa «Férias-80» oferece aos turistas nacionais e estrangeiros e ao Povo da região um programa de espectáculos que durante três dias emprestará

à Figueira o brilho dos grandes arraiais populares».

A Festa propriamente dita começa já hoje! «Os Teimosos» de Soure, conhecido conjunto de Zés Perolais, vão percorrer as principais artérias da cidade, anunciando a grande iniciativa de unidade e confraternização.

E amanhã, a partir das 21 e 30, começam os espectáculos. No palco estarão José Viana e Dora Leal, acompanhados pelo conjunto de Jorge Nascimento, não esquecendo a Brigada Victor Jara. A encerrar este primeiro dia de Festa (a abertura será às 18 horas) haverá um monumental balneario popular animado pelo agrupamento «Vodkas» (ex-«Madizeza»).

Na noite de sábado os visitantes poderão aplaudir as canções de Adriano Correia de Oliveira, Júlia Babo, Carlos Paulo, Vieira da Silva e Samuel.

## Festa do Mar em Matosinhos

É já no próximo fim de semana a Festa do Mar, em Matosinhos. Esta realização, que terá lugar nos terrenos anexos ao Palácio dos Trovões, antigo Liceu, é organizada pela comissão Concelhia de Matosinhos do PCP e virá a culminar, às 17.30 horas de Domingo, com um comício durante o qual tomará a palavra o camarada Ângelo

Veloso, suplente da Comissão Política do CC do PCP.

Do programa da Festa consta, no sábado à noite, um animado Baile, com o conjunto «WATT». Na manhã de Domingo, as crianças contam com a participação do artista Carlos Cunha. À tarde actuam José Viana, Dora Leal, conjuntos «Jorge Nascimento» e «1.º de Maio», e ainda Sérgio Mendes e José Luís.

## Acampamento no Porto

Começou no passado dia dois o acampamento da JCP do distrito do Porto.

Tem sido bem animado, o tempo ali vivo: variadas actividades desportivas (onde não tem faltado o futebol, é evidente...), balles, torneios (e disputas «independentes», pois então!) de xadrez e damas, actuações do grupo «Resistência», «fogo de campo» com desgarradas, etc., etc., etc.

Entretanto alerta-se que a festa de encerramento vai ser mesmo rija!

Um outro balanço a fazer deste acampamento da JCP, tem sido bem actante o trabalho de esclarecimento político dos jovens comunistas em função da batalha eleitoral que se aproxima, num esforço que se tem estendido às praias da zona.

Camarada: o acampamento da JCP do distrito do Porto espera por ti, até ao próximo dia 17!



## Festas Serranas

A Beira Interior vai estar em festa. Começam amanhã as Festas Serranas e, nesse dia seis palcos espalhados pela região vão animar com os seus espectáculos outras tantas localidades.

Castelo Branco conta, no seu palco, com a participação de Helena Isabel, Samuel, Manuel Branco e Nuno Gomes dos Santos, que apresentam o espectáculo «Cantigas com Todos».

No Fundão actuam Adriano Correia de Oliveira e Júlia Babo.

Belmonte, além de fadistas regionais, apresentará «Os Galés», de Setúbal.

Guarda: estarão presentes Luís Cília e Carlos Paulo, entre outros.

Gouveia e Sela — um mesmo palco para a actuação de Fernando Farinha, Luísa Basto e João Fernando. Finalmente, o palco principal destas Festas Serranas, que está instalado na Covilhã, e cujo programa se prolonga por três dias:

Dia 15 — dedicado à Juventude. Canções de intervenção com conjuntos regionais, «UHF», conjunto de rock.

Dia 16 dedicado à Infância. «Cantar Cantigas», com Helena Isabel e Nuno Gomes dos Santos; Palhaços Emilianos. A noite, espectáculo com Luísa Basto e João Fernando, Fernando Farinha, «Trovante», Manuel Freire e José Barata Moura.

Dia 17 — dedicado à Emigração. Espectáculo com Júlia Babo, Adriano Correia de Oliveira, Carlos Paulo e Luís Cília. Espera-se também a participação nas Festas Serranas de grupos musicais — «Jornada», de Tomar, «Cancioneiro», de Torres Novas, e o Rancho Regional da Beira Interior. No domingo, a Juventude organiza um moto-cross. Colóquios, exposições, actividades desportivas completam as propostas que as Festas Serranas fazem aos seus visitantes.

Está assegurada a presença amiga e solidária das Direcções das Organizações Regionais do Minho, Porto, Beira Litoral, Leiria, Santarém e Setúbal. Haverá pavilhões da Emigração, dos Ploneiros, da Juventude e o das «Mulheres com Abril».

## JCP acampa na Caparica

Até ao próximo domingo, S. João da Caparica continuará a ser cenário de uma bela jornada de convívio e amizade da juventude. A iniciativa partiu da JCP do distrito de Lisboa e proporciona, num acampamento no problema dos que não tinham tenda, através do pagamento duma «taxa» insignificante. Quanto à alimentação, também não há dificuldades. Funciona para os almoços e jantares um restaurante «self-service» ao preço de 90\$00 cada refeição. Durante a semana mais de 120 campistas recorrem ao «self-service». A restante população do acampamento faz as suas compras no armazém ali instalado (com todos os artigos

indispensáveis) e trata de cozinhar os seus peisicos... Instalações sanitárias, duchas, postos de primeiros socorros, serviços de recepção e informações, bar e telefones completam o conjunto das estruturas de apoio.

De salientar que o custo da inscrição no acampamento (aberto no dia 26 do mês passado) foi apenas de 100\$00. Também os acessos a S. João da Caparica estão bastante facilitados, quer ao nível da rapidez e diversificação de pontos de partida e chegada, quer ao nível do seu custo. A JCP promoveu igualmente acampamentos no Furdouro (Ovar) e em Francelos (Porto).

## sorteios

Continuando a Campanha Pró-Centro de Trabalho de Pinhal Novo, a organização local do Partido informa que, no Sorteio realizado no passado dia 17 de Julho, a rifa premiada tem o número 1069, a que cabe um televisor a cores.

São os seguintes os números premiados no sorteio efectuado durante a Festa da Alegria, em Braga, no pavilhão dos Comités Metalúrgico/Grandes Serviços, da Organização Regional do Porto: Jogo de Xadrez — 53. Conjunto de louça esmaltada — 703. Extensão eléctrica/garrafa de «brandy» — 62.

## Em Braga, a Festa da Alegria faz já parte da tradição

Realizada pela terceira vez consecutiva, a «Festa da Alegria», em Braga, antecedeu este ano um objectivo que os comunistas e mais democratas daquele distrito pretendem alcançar nas próximas eleições legislativas de 5 de Outubro: a eleição do segundo deputado da APU pelo círculo de Braga.

Intuito difícil de concretizar? Não pensam assim os camaradas de Braga. Com base nos resultados anteriores bastavam mais 5000 votos — que foram desperdiçados em outros partidos de esquerda — para que a APU tivesse alcançado, na altura, dois deputados, sendo o segundo em prejuízo da «AD».

Todas as diligências estão a ser feitas para que o objectivo se tome realidade e a Aliança reaccionária perca mais uma voz na Assembleia da República. A «Festa da Alegria» que no último fim-de-semana levou milhares de pessoas ao Parque Municipal de Braga foi igualmente um contributo importante no desmascaramento da política do Governo Carneiro-Amaral.

Mas falemos da Festa. Da Alegria que se viveu. Dos espectáculos, dos pavilhões, das exposições e das pessoas, aos milhares, que por lá passaram.

Agosto de calor, nem a verdura refrescante do Minho foi suficiente para o atenuar durante aqueles dias. Agosto de férias, com o regresso dos emigrantes, o reencontro dos familiares espalhados pelo país, ocupados noutras profissões que a necessidade de ganhar a vida obriga por vezes a procurar paragens longínquas.

Pela primeira vez realizada no mês de Agosto — nos anos anteriores efectuara-se respectivamente em Junho e Julho — a Festa proporcionou aos emigrantes, que nesta altura do ano passam férias em

Portugal, um contacto directo com uma iniciativa do Partido Comunista no seu próprio país. A quantidade de veículos de matrícula francesa e de outras nacionalidades era prova disso.

### Visitar o país sem sair de Braga

Presentes pavilhões de todas as Organizações Regionais do PCP, desde Trás-os-Montes até às Regiões Autónomas. Os principais produtos típicos em exposição. Grande parte para vender.

Lenço preto atado na cabeça, avental de riscado e chinela no pé, uma velha camponesa exclamava para a filha enquanto se debruçava para os artigos expostos no pavilhão do Alentejo: — Até parece que estamos a visitar o país todo sem se sair daqui.

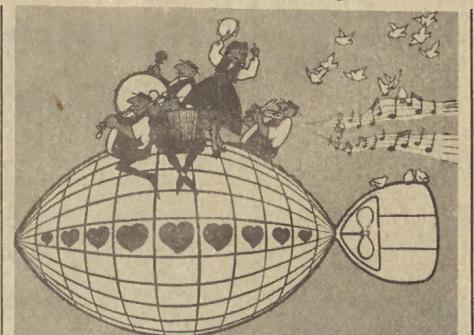
Nalguns casos os pavilhões eram pequenos face aos visitantes que se concentravam de frente. Perguntavam-se preços, trocavam-se opiniões com familiares e amigos para a decisão final da compra.

Esta afluência reflectiu-se, consequentemente, nas vendas. Na generalidade, quase todos os pavilhões venderam mais do que nas Festas anteriores. Alguns esgotaram mesmo antes de domingo à noite os produtos que levaram.

Doces argavinos, camisolas, bordados, cestos e artigos de vime, cerâmicas, artigos de artesanato, e até alambiques em cobre martelado, tudo ali esteve patente.

### O vinho de Alpiarça

A exemplo dos anos anteriores, o restaurante da Organização Regional de Santarém foi local de romaria. Nem o sol



a pino, durante a tarde, quebrou a afluência. Motivo: o vinho maduro de Alpiarça.

Zona de vinho verde, no Minho nem sempre surge a oportunidade de consumir vinho maduro e ainda por cima com a qualidade do de Alpiarça que ali era vendido. Razão da afluência.

Por ironia, quando alguém não aparecia, era costume perguntar: — Já foste ver a Alpiarça?

Apesar disto, o verde não foi atraído. E as malgas em que era servido, bem fresco, acompanhavam ora sardinhas assadas e o caldo verde, ora uns rojões, ou ainda um enchido assado na brasa.

### «Isto é um empréstimo!»

No recinto da festa, profusamente engalanado com bandeiras de diversas cores, a dívida do cidadão Sá Carneiro não foi esquecida.

Logo à entrada, um enorme cartaz dava a nota humorística sobre o assunto. Uma caricatura do referido cidadão, a cara coberta por uma máscara empunhava uma pistola para ameaçar um caixa bancário: «Isto é um empréstimo!»

Este grande painel era, por isso, motivo de muitos comentários por parte das pessoas que defronte se juntavam. E não raro, as opiniões dividiam-se. Enquanto para uns o referido cidadão não vai pagar a dívida («Vale ver que ele consegue escapar») outros estão confiantes que será feita justiça.

### A exposição sobre Camões

Um enorme pavilhão insuficiente que existe no recinto do Parque Municipal foi utilizado para a exposição organizada pelo PCP sobre Camões e a sua obra, exposição esta que pela primeira vez esteve patente ao público, em Lisboa, na Sociedade Nacional de Belas Artes, no início das comemorações do centenário da morte de Camões.

Esta exposição viria depois a estar patente na Festa do «Avante!» seguindo daí para Braga. O próximo local da exposição é já no fim-de-semana, na Covilhã, por ocasião das Festas Serranas organizadas pelo PCP.

A par da exposição referida — impecável pelos temas tratados e a maneira como foi concebida — era possível

observar ainda algumas exposições de carácter político. A frequência registada justificou plenamente o espaço utilizado.

### A magia do espectáculo

Durante os três dias da Festa, vários foram os artistas que passaram pelo palco principal. Carlos Paredes, Carlos do Carmo, Paulo de Carvalho, Zeca Afonso, Ary dos Santos, Adriano Correia de Oliveira, Júlia Babo, Luísa Basto, os conjuntos «Trovante», «Resistência» e «UHF» foram alguns dos nomes conhecidos que animaram os espectáculos.

Uma multidão compacta aglomerava-se junto ao palco. Canções, ora cantando em conjunto com os artistas, ora exigindo que a actuação se prolongasse. E nem o adiantado da hora, como sucedeu no domingo, era motivo para as pessoas se retirarem.

Os ranchos folclóricos que este ano compareceram em grande número — cerca de uma dezena de ranchos dos distritos de Braga e Viana do Castelo — foi igualmente causa para uma maior animação do arraial minhoto. E quando o ambiente aqueceu os elementos dos ranchos vieram dançar para o meio dos espectadores.

Um número que no domingo à tarde fez sensação foi o executado pelo grupo de jogadores de pau de Abadim, o qual conta nas suas fileiras duas mulheres. A exemplo do que sucedeu nas aldeias de onde é originário o jogo do pau, a representação fez-se no meio da multidão, que o palco era curto para as suas movimentações velozes e os ágeis saltos.

A custo conseguiu-se fazer uma clareira entre a massa de gente que estava a assistir. Depois, a actuação dos joga-

dores do pau fez arrancar exclamações mesmo dos menos entendidos no assunto, pelo espectáculo impressionante que proporcionaram.

### Depois da Festa o trabalho

O comício político que se realizou no domingo ao fim da tarde teve por principal orador o camarada Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do PCP, cujo discurso transcrevemos noutra local.

Antes falara o camarada António Lopes, membro do Comité Central e Direcção da Organização Regional do Minho que fez a apresentação dos candidatos do PCP na lista da APU pelo distrito de Braga.

Passada das duas horas da madrugada de segunda-feira quando a aparelhagem sonora silenciou, aqui e ali algumas luzes começavam a apagar-se, alguns retardatários recusavam-se ainda a acreditar que a Festa acabara.

Mas o silêncio não calou sobre o parque municipal. Começava de imediato a tarefa de desmontar os pavilhões, arrumar as coisas, regressar às suas terras. Para os camaradas de Braga começava nesse momento uma outra tarefa — tudo fazer para que a eleição de um segundo candidato da APU pelo distrito de Braga seja uma realidade.

Assim sendo, aquele distrito minhoto estará representado na Assembleia da República por Vítor de Sá, deputado do PCP na primeira legislatura, e Óscar Jordão Pires, vereador pela APU da Câmara Municipal de Guimarães, desde 1976. Todos os que estiveram na Festa da Alegria não duvidam de que vai ser possível.

# CANDIDATOS



## AÇORES

- Luís Decq Mota**  
63 anos, médico, membro da Assembleia Municipal da Horta, Faial (independente);
- Eusébio Machado Cabral**  
44 anos, trabalhador da Função Pública em Ponta Delgada, membro da Coordenadora Regional dos Trabalhadores da Administração Local (PCP);
- Oldemiro Figueiredo**  
64 anos, médico, antigo governador civil, de 1974 a 1975, de Angra do Heroísmo (PCP);
- Adélia Garcia Lemos**  
32 anos, enfermeira no Hospital de Ponta Delgada (PCP);
- Paulo Valadão**  
31 anos, médico veterinário nas Flores, eleito Presidente da Junta de Freguesia dos Cedros, Flores (PCP).

## SUPLENTES

- António Francisco Cardoso**  
29 anos, tipógrafo, membro da União dos Sindicatos de Angra do Heroísmo, Terceira (independente);
- José Manuel Ávila Serpa**  
Médico no Hospital de S. Roque, Pico (PCP);
- Manuel Cosme Viveiros**  
55 anos, agricultor, presidente da Cooperativa Agrícola «A Vanguarda de São Miguel» (PCP);
- António Ferreira Duarte**  
Professor do Ensino Secundário, Horta, Faial (PCP);
- Fernando Mota Amaral**  
26 anos, técnico de electricidade, membro da Delegação do Sindicato das Indústrias Eléctricas de Ponta Delgada (PCP).

## AVEIRO

- Vital Moreira**  
35 anos, investigador da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, membro da Assembleia Municipal da Anadia, deputado da Assembleia da República, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP;
- António Neto Brandão**  
40 anos, advogado, de Aveiro, ex-governador civil do distrito (independente);
- Manuel dos Santos e Matos**  
41 anos, professor da Escola do Magistério Primário de Aveiro, activista sindical (PCP);
- Mário Gomes Vaz**  
41 anos, operário metalúrgico de Ovar, membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro (PCP);
- Manuel Freire**  
38 anos, analista de informática e cantor, de Ovar (MDP/CDE);
- Manuel Afonso Strecht Monteiro**  
39 anos, médico, de S. João da Madeira (independente);

- Flávio Beleza Laranjeira**  
39 anos, médico, vereador da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, director do jornal «O Azemel» (PCP);
- Alfredo Casal Ribeiro**  
52 anos, engenheiro técnico, de Espinho (PCP);
- Maria Manuela Vaz Serra**  
32 anos, professora do Ensino Preparatório, membro da Assembleia Municipal da Feira (PCP);
- António Martins Moreira**  
29 anos, operário metalúrgico de Ovar (independente);
- António Augusto Silva**  
47 anos, operário metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do distrito de Aveiro e da Federação dos Sindicatos dos Metalúrgicos (PCP);
- Júlio Manuel Balreira Correia**  
28 anos, operário metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos (PCP);
- Maria da Conceição Amador Dias**  
33 anos, professora (independente);
- Duarte Dumond Esmeraldo**  
42 anos, engenheiro químico, vereador da Câmara Municipal de Estarreja (PCP);
- Manuel Loureiro da Silva**  
23 anos, empregado de escritório (JCP).

## SUPLENTES

- Virgílio Amaral**  
54 anos, gerente comercial (MDP/CDE);
- Rosa de Lourdes Rodrigues da Silva**  
37 anos, trabalhadora da Função Pública (PCP);
- Valdemar da Silva Costa**  
43 anos, operário sapateiro, delegado sindical (PCP);
- Luís Bernardino Marques**  
72 anos, comerciante (PCP);
- Carlos Alberto Azeredo Martins**  
33 anos, operário mineiro (PCP).

## BEJA

- Dinis Fernandes Miranda**  
53 anos, operário agrícola, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, presidente da Assembleia Municipal do Redondo;
- Francisco Miguel Duarte**  
73 anos, manufacturador de calçado, membro do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia da República;
- José Manuel Carreira Marques**  
34 anos, técnico de contas, deputado à Assembleia da República (PCP);
- José Batista Mestre Soeiro**  
32 anos, operário agrícola, membro suplente do Comité Central do PCP;
- Mariana Grou Lanita da Silva**  
26 anos, operária agrícola, deputada à Assembleia da República (PCP).

## SUPLENTES

- Alexandre José Canhoto Frade**  
25 anos, técnico de contas, membro da Comissão Central da JCP;
- Luís Maria Bartolomeu Afonso da Palma**  
43 anos, professor do Ensino Secundário, adjunto do Director Escolar de Beja (MDP/CDE);
- Carlos Alberto Ferreira de Sousa**  
37 anos, médico do Hospital Distrital de Beja (PCP);
- Justino Augusto Abreu dos Santos**  
40 anos, médico em Odemira (PCP);
- António José Messias do Rosário Sebastião**  
29 anos, pequeno comerciante (independente).

## BRAGA

- Victor de Sá**  
59 anos, professor universitário, membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, escritor e heterónimo, deputado da Assembleia da República (PCP);
- Óscar Jordão Pires**  
42 anos, vereador da Câmara Municipal de Guimarães (PCP);
- António Marinho Dias**  
Advogado, director do jornal «O Povo de Basto» Célculo de Basto (MDP/CDE);
- António Lopes**  
43 anos, professor de educação física, membro do Comité Central do PCP;
- Alfredo Cardoso da Conceição**  
31 anos, operário da Grundig, membro dos corpos gerentes do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Norte e do Secretariado da União dos Sindicatos de Braga, membro da Assembleia Municipal de Barcelos e da Comissão de Pais do Colégio «Menino de Deus» (PCP);
- José Manuel Mendes**  
32 anos, professor do Ensino Secundário e escritor (PCP);
- Maria Margarida Malvar**  
36 anos, advogada, membro do Movimento Democrático das Mulheres;
- José Oliveira**  
34 anos, operário, presidente do Sindicato da Construção Civil de Braga, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Braga, membro da Assembleia Municipal de Guimarães (PCP)

- José Carlos Leite da Silva**  
48 anos, empregado bancário, secretário da «Caritas Diocesana de Braga (independente)»;
- José Cerqueira**  
Funcionário da Caixa de Previdência, membro da Direcção de Braga do Sindicato da Função Pública (MDP/CDE);
- Manuel Rocha Peixoto**  
44 anos, médico do Hospital de São Marcos de Braga (PCP);
- João Manuel Ribeiro**  
46 anos, operário têxtil da Coelima, presidente do Sindicato Têxtil de Braga de 1975 a 78, membro do Secretariado da CGTP/IN até 1979, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Braga (PCP);

## 13. Manuel da Silva

52 anos, operário metalúrgico, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Braga (independente);

## 14. Carlos Roriz Pereira

51 anos, agricultor, ex-presidente da União das Cooperativas Leiteiras da região Entre Douro e Minho (independente);

## 15. José Manuel Marques

34 anos, operário têxtil, saneado da Têxtil Manuel Gonçalves, presidente do Sindicato dos Têxteis de Braga (PCP).

## SUPLENTES

- Manuel Vaz**  
Engenheiro e professor na Escola de Fafe (independente);
- Teresa Roriz**  
Professora do Ensino Secundário, membro da Comissão de Gestão do Liceu Sá de Miranda (independente);
- Manuel Martins Costa**  
44 anos, advogado, membro da Assembleia Municipal de Vila Verde (independente);
- José Afonso Lestra Gonçalves**  
43 anos, advogado, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso a seguir ao 25 de Abril (PCP);
- Maria José Aguiar Fernandes**  
23 anos, estudante, membro da Associação Académica da Universidade do Minho (JCP).

## BRAGANÇA

- António Modesto Navarro**  
38 anos, trabalhador da Função Pública, escritor, membro da Assembleia Municipal da Vila Flor (PCP);
- Fernando Ferreira Cunha**  
31 anos, bancário, membro da Assembleia Municipal de Macedo dos Cavaleiros (PCP);
- Eurico Miranda Braga**  
55 anos, técnico agrário e director da EPAC em Trás-os-Montes (MDP/CDE);
- Alfredo Ribeiro de Mira**  
50 anos, economista, ex-funcionário do Complexo Agro-Industrial do Cachão (independente).

## SUPLENTES

- Manuel Pardal de Castro**  
38 anos, veterinário de Mogadouro (PCP);
- Augusto Nécio**  
50 anos, comerciante, membro da Assembleia Municipal de Vinhais desde 1976 (independente);
- Maria da Anunciação Sousa Dias Alves**  
40 anos, professora de Carrizada de Ansiães (PCP);
- Sidónio Caetano Fernandes**  
47 anos, comerciante de Moncorvo (independente).

**As candidaturas da APU incluem 249 militantes do PCP, 40 do MDP unitário. Entre os candidatos conta-se um total de 157 operários, empregados e funcionários dos deputados da APU. A idade média dos candidatos é de 40 anos — e também a garantia do futuro. Quase meia centena de mulheres assessoras no Portugal de Abril.**

## CASTELO BRANCO

- João Amaral**  
36 anos, licenciado em Direito, deputado à Assembleia da República (PCP);
- José Paulo Gascão Nunes**  
37 anos, natural e residente no Fundão, membro da Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP;
- António Lopes**  
29 anos, mineiro, residente nas Minas da Panasqueira, delegado sindical, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Castelo Branco (PCP);
- Maria Manuela Carvalho**  
49 anos, farmacêutica, professora do Seminário do Verbo Divino, vereadora da Câmara Municipal de Belmonte, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE;
- Carlos Vale**  
45 anos, comerciante em Castelo Branco, membro da Assembleia Municipal de Castelo Branco (PCP);
- Ramiro Reis**  
33 anos, operário, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa de lanifícios «Ernesto Cruz», membro da Assembleia de Freguesia de S. Pedro, Covilhã (PCP).

### SUPLENTES

- José Figueira**  
54 anos, mecânico no Fundão da Rodoviária Nacional, natural do Couto da Casa, Fundão (MDP/CDE);
- Maria Alzira Martins**  
35 anos, operária, delegada do Sindicato dos Têxteis, natural de Alcains, residente em Castelo Branco (PCP);
- José Guerreiro**  
29 anos, técnico têxtil, docente do Instituto Universitário da Beira Interior, presidente da Junta de Freguesia de Unhais da Serra (independente proposto pelo PCP);
- João Fazendas**  
28 anos, pequeno industrial da construção civil, natural e residente em Idanha-a-Nova (independente proposto pelo PCP);
- José Artur Fernandes**  
34 anos, operário electricista, membro da Comissão de Trabalhadores do Centro de Produção da Portucel, em Ródão, membro da Comissão Coordenadora Nacional das Comissões de Trabalhadores da Portucel, residente em Vila Velha de Ródão, retornado de Angola (PCP).

## COIMBRA

- Jorge Leite**  
41 anos, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, deputado da Assembleia da República (PCP);
- João Paulo**  
30 anos, operário têxtil, da direcção do Sindicato dos Têxteis e do Secretariado da União dos Sindicatos da Figueira da Foz (PCP);
- Abílio Hernandez**  
30 anos, assistente da Faculdade de Letras de Coimbra e membro da Assembleia Municipal de Coimbra (independente);
- Álvaro Carvalho**  
39 anos, advogado, ex-presidente da Câmara Municipal de Mira (MDP/CDE);
- Cabral Pinto**  
41 anos, professor do Ensino Secundário, foi director da Escola do Magistério Primário de Coimbra (PCP);
- Sousa Henriques**  
46 anos, médico, assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra (PCP);
- Amaro Jorge**  
34 anos, advogado, secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Coimbra (independente);
- João Abrantes**  
34 anos, engenheiro técnico agrário, vereador da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho (PCP);
- Maria da Conceição Pessoa**  
33 anos, assistente social no Hospital da Figueira da Foz, membro da União dos Sindicatos da Figueira da Foz (PCP);

- Elísio Alves**  
54 anos, reformado, membro da Comissão Directiva da Aldeia dos Dez, Oliveira do Hospital e membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital (PCP);
- José Romão**  
24 anos, estudante (PCP).

### SUPLENTES

- Teresa Tondela**  
31 anos, médica, membro da Assembleia Municipal de Coimbra (MDP/CDE);
- Júlio Couceiro**  
52 anos, engenheiro mecânico, ex-vereador da Câmara e membro da Assembleia Municipal de Coimbra (PCP);
- Arnaldo Carvalho**  
50 anos, empregado bancário, membro do Conselho Municipal de Cantanhede; faz parte da Brigada «Vitor Jara» (PCP);
- António Costa**  
42 anos, estamador, membro da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra (PCP);
- Artur Coimbra**  
37 anos, conservador do Registo Civil e Predial em Arganil (PCP).

## ÉVORA

- António Joaquim Gervásio**  
53 anos, operário agrícola, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP;
- José Ernesto Ildefonso Leão Oliveira**  
26 anos, médico do Hospital Distrital de Évora, deputado à Assembleia da República (PCP);
- Custódio Jacinto Gingão**  
37 anos, operário agrícola, deputado à Assembleia da República (PCP);
- Josefina Maria Andrãde**  
37 anos, operária agrícola, deputada à Assembleia da República (PCP);
- Acácio Monteiro Alferes**  
41 anos, engenheiro electrotécnico, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE, membro da Assembleia Municipal de Évora.

### SUPLENTES

- Virgolino da Conceição Borralho Morgado**  
35 anos, operário das pedreiras de mármore de Estremoz, presidente da Junta de Freguesia dos Arcos (PCP);
- Mário Rolo Pico**  
46 anos, chefe de estação da Rodoviária Nacional, membro da Assembleia Municipal de Reguengos (PCP);
- José António Lima Martins**  
41 anos, professor primário, presidente da Assembleia Municipal de Vila Viçosa (independente);
- Mário de Melo dos Santos Barradas**  
49 anos, encenador, director do Centro Cultural de Évora, presidente da Assembleia Municipal de Évora (PCP);
- António José Monteiro Vidigal Amaro**  
38 anos, médico, delegado de saúde do concelho de Portel (PCP).

## FARO

- Carlos Brito**  
47 anos, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo eleitoral de Faro, presidente do Grupo Parlamentar do PCP desde a entrada em funcionamento da Assembleia da República;
- Luís Catarino**  
Advogado, membro da Comissão Nacional, do Secretariado e da Presidência do MDP/CDE, antigo deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Faro, actual deputado à Assembleia da República, eleito para a Assembleia Municipal de Portimão em 1976 e 1979;
- Margarida Tengarrinha**  
52 anos de idade, professora do Ensino Técnico, membro do Comité Central do PCP;

- Mário Prudêncio**  
33 anos, despachante de tráfego da TAP, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca, membro do Secretariado da União dos Sindicatos do distrito de Faro, membro da Assembleia Municipal de Faro (PCP);

- José António dos Santos**  
63 anos, solicitador, foi presidente da Comissão Administrativa Democrática da Câmara Municipal de Tavira, e actual vereador da mesma Câmara desde 1976 (independente);

- Josué Tavares Marques**  
37 anos, contramestre pescador, foi presidente da ex-Casa dos Pescadores de Olhão após o 25 de Abril, dirigente sindical de 1976 a 1978, vogal da Comissão Administrativa da Caixa de Previdência dos Profissionais de Pesca, em Lisboa, actualmente é vice-presidente da Direcção do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro (PCP);

- Manuel José Ramires Fernandes**  
37 anos, advogado, foi dirigente associativo do movimento estudantil, ex-governador civil de Faro, é membro da Assembleia Municipal de Faro; membro da Comissão Nacional do MDP/CDE;

- Baltazar Luís Pereira**  
42 anos, engenheiro técnico de electrotecnia, membro da Subcomissão de Trabalhadores da Região Sul da EDP (independente);

- José Veloso**  
50 anos, arquitecto, membro da Assembleia Municipal de Lagos (PCP).

### SUPLENTES

- Marcolino Jorge**  
43 anos, pescador, activista e dirigente sindical, foi presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro e é presidente da actual direcção daquele Sindicato (PCP);
- Maria de Lurdes Ruivo**  
47 anos, professora, fez parte da Comissão Instaladora e da primeira direcção eleita do Sindicato dos Professores (PCP);
- Fernando Coutinho da Silveira**  
39 anos, engenheiro civil, membro do Secretariado Nacional e da Comissão Nacional do MDP/CDE;
- José Madeira Frederico**  
35 anos, operário da Construção Civil, membro dos corpos gerentes da Cooperativa Operária 28 de Janeiro, membro da direcção da DANSCOOP (PCP);
- José da Silva Guerreiro**  
45 anos, porteiro de hotel, tem feito parte dos corpos gerentes do Sindicato da Hotelaria do Distrito de Faro e da Comissão de Trabalhadores do Hotel Eva (PCP).

## GUARDA

- António José Gouveia Dias de Almeida**  
Professor do Ensino Secundário, membro da Comissão Central do MDP/CDE;
- João Alberto Garcia Abreu**  
Operário da construção civil, membro da direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP;
- António Félix Raposo**  
Industrial, vereador da Câmara Municipal de Pinhel (PCP);
- Maria do Céu Ferreira de Jesus**  
Dirigente do Sindicato dos Lanifícios de Gouveia (independente);
- Fernando Jorge dos Santos Pires**  
Engenheiro técnico, da Guarda (PCP).

### SUPLENTES

- Luís Alberto Godinho Amorim**  
Assistente do Instituto Universitário da Beira Interior, membro da Assembleia Municipal da Guarda (PCP);
- Abílio Eurico Rodrigues**  
Agricultor de Castelo Melhor (PCP);
- Maria Isabel da Silva Pimenta e Melo**  
Professora do Ensino Secundário de Seia;

- Eduardo Simão Marques**  
Comerciante de Celorico da Beira (PCP);
- José Maria Serra Saraiva**  
Empregado de escritório, de Manteigas (PCP);

## LEIRIA

- Joaquim Gomes**  
62 anos, operário vidreiro, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP;
- Oswaldo Castro**  
33 anos, professor, membro suplente do Comité Central do PCP;
- Fernando Lourinho**  
45 anos, médico de Leiria (PCP);
- Carlos Mota**  
34 anos, dirigente cooperativo de Perdigão (MDP/CDE);
- Artur Lopes**  
43 anos, operário cerâmico, vereador da Câmara Municipal de Caldas da Rainha (PCP);
- José Carlos Nogueira**  
43 anos, professor, vereador da Câmara Municipal de Porto de Mós (independente);
- Horácio Matos**  
39 anos, operário cerâmico, presidente do Sindicato da Nazaré (PCP);
- José Célio**  
52 anos, ajudante técnico de Farmácia, vereador da Câmara Municipal do Bombarral (PCP);

- Virgínia Timóteo**  
33 anos, empregada da Casa do Povo de Alcobaca (PCP);
- Adelino Araújo**  
41 anos, bancário, de Pombal (PCP);
- Manuel Baridó**  
66 anos, operário vidreiro reformado, da Marinha Grande (PCP).

### SUPLENTES

- João Machado**  
Agricultor, de Alcobaca (MDP/CDE);
- Prates Miguel**  
31 anos, advogado, de Ansião (independente);
- Saúl Feteira**  
33 anos, operário metalúrgico, presidente do Sindicato, de Vieira de Leiria (PCP);
- Custódio Santos**  
29 anos, camponês, de Óbidos (PCP);
- Cristina Aniceto**  
18 anos, estudante, de Caldas da Rainha (PCP);

## LISBOA

- Álvaro Cunhal**  
66 anos, licenciado em Direito, secretário-geral do PCP;
- José Manuel Tengarrinha**  
48 anos, professor universitário, presidente do MDP/CDE;
- Octávio Pato**  
55 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP;
- Anselmo Anibal**  
37 anos, economista, vereador da Câmara Municipal de Lisboa (independente);
- Aboim Inglês**  
50 anos, membro do Comité Central do PCP;
- Veiga de Oliveira**  
51 anos, engenheiro, membro do Comité Central do PCP, deputado da Assembleia da República;
- Jerónimo de Sousa**  
33 anos, operário metalúrgico, membro suplente do Comité Central do PCP, deputado da Assembleia da República;
- Alda Nogueira**  
57 anos, licenciada em Físico-Química, membro do Comité Central do PCP, deputada da Assembleia da República;

# MP/CDE e 60 independentes numa clara demonstração do seu carácter empregados e camponeses que marcam a raiz de classe e popular - a garantia de que a APU é não só a responsabilidade do presente mas asseguram a presença, a defesa dos interesses e dos anseios da mulher

9. **José Luís Judas**  
37 anos, membro do Secretariado da CGTP/IN (PCP);
10. **Manuel Lopes**  
36 anos, membro do Secretariado da CGTP/IN (independente);
11. **Georgete Ferreira**  
54 anos, membro do Comité Central do PCP;
12. **Zita Seabra**  
31 anos, membro do Comité Central do PCP, deputada da Assembleia da República;
13. **Helder Pinheiro**  
40 anos, operário fabril, deputado da Assembleia da República (PCP);
14. **Rosa Brandão**  
24 anos, estudante de Direito, deputada da Assembleia da República (PCP);
15. **Silva Graça**  
43 anos, médico, vereador da Câmara Municipal de Lisboa (PCP);
16. **Jorge Lemos**  
28 anos, professor, deputado da Assembleia da República (PCP);
17. **Herberto Goulart**  
46 anos, economista, vice-presidente da Comissão Nacional e membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE, deputado da Assembleia da República;
18. **Octávio Teixeira**  
35 anos, economista, deputado da Assembleia da República (PCP);
19. **Adalberto Ribeiro**  
37 anos, trabalhador da Função Pública, deputado da Assembleia da República (PCP);
20. **Manuel Gusmão**  
34 anos, assistente da Faculdade de Letras de Lisboa, suplente do Comité Central do PCP;
21. **Severiano Falcão**  
57 anos, orçamentista da construção civil, presidente da Câmara Municipal de Loures, membro suplente do Comité Central do PCP;
22. **José António Veríssimo Silva**  
37 anos, empregado de escritório, ex-presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, deputado da Assembleia da República (PCP);
23. **António Galhordas**  
48 anos, médico cirurgião, membro do Secretariado Nacional e vice-presidente do MDP/CDE;
24. **Maria Odete Costa**  
30 anos, operária metalúrgica, membro da Direcção Nacional do MDM e do Secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa (PCP);
25. **Oriando de Almeida**  
37 anos, engenheiro agrónomo, presidente da Câmara Municipal da Amadora (PCP);
26. **Artur Rodrigues**  
37 anos, empregado do comércio (PCP);
27. **João de Freitas Branco**  
58 anos, musicólogo (independente);
28. **Luís Francisco Rebelo**  
55 anos, escritor, presidente da Sociedade Portuguesa de Autores (independente);
29. **Carlos do Carmo**  
40 anos, cantor (independente);
30. **Sá Marques**  
57 anos, médico, presidente do Sindicato dos Médicos (independente);
31. **Fernando Lopes Graça**  
71 anos, escritor e compositor (PCP);
32. **José Gomes Ferreira**  
80 anos, escritor (PCP);
33. **Carlos Mendes**  
33 anos, cantor (PCP);
34. **Manuel Fernandes**  
36 anos, vereador da Câmara Municipal de Torres Vedras (PCP);
35. **Carlos Machado**  
35 anos, operário carpinteiro, gestor eleito pelos trabalhadores da Covina (PCP);
36. **Madalena Santos**  
22 anos, estudante de Direito, membro da Comissão Central da JCP;
37. **Mário Casquilho**  
55 anos, economista (MDP/CDE);
38. **Manuel da Silva**  
37 anos, empregado de seguros (PCP);
39. **Maria D'Aires**  
28 anos, licenciada em Direito, membro da Assembleia Municipal da Amadora (PCP);

40. **Lúcia Maria**  
41 anos, agricultora de Mafra (PCP);
41. **Melo de Carvalho**  
42 anos, trabalhador da Função Pública, vereador da Câmara Municipal de Oeiras (PCP);
42. **Henriqueta Maya**  
34 anos, actriz (PCP);
43. **Vítor Silva**  
35 anos, técnico comercial, presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana (PCP);
44. **Joaquina Silvério**  
41 anos, engenheira química industrial (PCP);
45. **Pedro Maia**  
34 anos, piloto aviador, comandante da TAP (PCP);
46. **Jorge Morais**  
33 anos, operário químico (PCP);
47. **Jorge Miranda**  
34 anos, comerciante (PCP);
48. **Emídio Ribeirinho**  
33 anos, técnico de desenho, presidente da Junta de Freguesia de Aqualva Cacém (PCP);
49. **Carlos Lapa**  
38 anos, cobrador bilheteiro (PCP);
50. **José Núncio**  
25 anos, ferramenteiro (PCP);
51. **Amadeu Rodrigues**  
66 anos, reformado (PCP);
52. **Fernando Vaz**  
48 anos, engenheiro técnico, presidente da Assembleia Municipal de Sintra (PCP);
53. **Carlos Pinhão**  
56 anos, jornalista de «A Bola» (PCP);
54. **Francisco Fadista**  
36 anos, carteiro (PCP);
55. **Lurdes Lobo**  
52 anos, enfermeira, membro do Conselho de Gerência do Hospital de Santa Maria (PCP);
56. **Martins Lopes**  
41 anos, empregado de escritório na EDP (PCP);
57. **José Luís**  
61 anos, agricultor, de Torres Vedras (PCP);
58. **Ramiro de Freitas**  
30 anos, técnico de desenho (MDP/CDE);
59. **José Subtil**  
45 anos, empregado de escritório, membro das Copas Gerentes da Associação de Deficientes (PCP);
60. **Sebastião Freire**  
52 anos, técnico dos TLP (PCP);
61. **João Corregedor da Fonseca**  
41 anos, jornalista (MDP/CDE);
62. **José Catarino**  
33 anos, operário fabril (PCP);

## MADEIRA

1. **Leonel Nunes**  
30 anos, presidente do Sindicato de Hotelaria e Turismo, membro do Secretariado da União dos Sindicatos da Madeira e do Secretariado Nacional dos Sindicatos de Hotelaria e Turismo, ex-membro da Comissão Nacional da Juventude Socialista (independente);
2. **José Teotónio Camacho**  
31 anos, vice-presidente do Sindicato da Construção Civil, operário, ex-candidato da UDP (independente);
3. **João Rogério Correia**  
27 anos, médico, antigo dirigente associativo da Faculdade de Medicina de Lisboa (PCP);
4. **Inês Afonseca**  
57 anos, presidente da União dos Caseiros, caseira (independente);
5. **António Jorge Pestana**  
31 anos, professor da Escola Secundária Jaime Moniz (PCP);

## SUPLENTES

6. **Isac Ladeira**  
32 anos, empregado bancário, desportista, jogador de futebol (independente);
7. **Henrique Vieira**  
34 anos, desenhador nos CTT, dirigente sindical;
8. **Maria Salette Pereira**  
24 anos, operária bordadeira, delegada sindical dos Bordados (PCP);
9. **José Agostinho dos Ramos**  
34 anos, electricista, dirigente sindical (PCP);
10. **Henrique Pereira**  
74 anos, mestre metalúrgico, reformado (PCP)

## PORTALEGRE

1. **Joaquim Miranda da Silva**  
29 anos, economista, deputado da Assembleia da República (PCP);
2. **Florindo Hipólito Sajara Madeira**  
44 anos, advogado, ex-governador civil do distrito de Portalegre (independente);
3. **José Luís Correia da Silva**  
41 anos, operário agrícola, membro suplente do Comité Central do PCP, presidente da Assembleia Municipal de Aviz e da Cooperativa 1.º de Maio;
4. **Manuel Martins Caldes**  
46 anos, operário químico em Elvas, delegado sindical (independente).

## SUPLENTES

5. **José Manuel Semedo Basso**  
25 anos, médico no Hospital Distrital de Portalegre (PCP);
6. **Blasco Hugo Fernandes**  
49 anos, engenheiro agrónomo, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE;
7. **João Luís Marchã Borrega (Gaita)**  
41 anos, pequeno agricultor, membro do Secretariado das Ligas de Agricultores do Distrito de Portalegre (PCP);
8. **Palmira de Matos Dias**  
29 anos, médica em Gavião (independente).

## PORTO

1. **Carlos Costa**  
52 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP;
2. **Ângelo Veloso**  
49 anos, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP;
3. **Armando Teixeira da Silva**  
36 anos, operário gráfico, membro do Secretariado Nacional da CGTP/IN (PCP);
4. **Raúl Castro**  
58 anos, advogado, vereador da Câmara Municipal do Porto, vice-presidente do MDP/CDE;
5. **António da Silva Mota**  
43 anos, operário metalúrgico, membro suplente do Comité Central do PCP, deputado da Assembleia da República;
6. **Lino Lima**  
63 anos, advogado, deputado da Assembleia da República (PCP);
7. **Maria da Conceição Domingues Soares**  
43 anos, operária têxtil, dirigente do Sindicato Têxtil (PCP);
8. **Manuel Silva Ribeiro de Almeida**  
34 anos, operário metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e da Federação Nacional dos Metalúrgicos (PCP);
9. **Helena Cidade Moura**  
56 anos, psicóloga, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE, deputada da Assembleia da República;
10. **Maria Ilda da Costa Figueiredo**  
31 anos, economista, deputada da Assembleia da República (PCP);

11. **Manuel Gaspar Cardoso Martins**  
40 anos, empregado bancário, deputado da Assembleia da República (PCP);
12. **Edgar Maciel Correia**  
35 anos, engenheiro electrotécnico, membro do Comité Central do PCP;
13. **Artur Vidal Pinto**  
33 anos, operário preparador de laboratório, membro do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal do Porto;
14. **António Taborda**  
46 anos, advogado, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE;
15. **Artur Sentieiro de Sousa**  
41 anos, gerente bancário, membro da UEDS até à constituição da FRS (independente);
16. **Óscar Lopes**  
62 anos, escritor e professor catedrático da Faculdade de Letras do Porto, membro do Comité Central do PCP;
17. **Maria Helena Medina**  
29 anos, membro do Comité Central do PCP;
18. **Virgínia Moura**  
65 anos, engenheira civil, membro da Assembleia Municipal do Porto (PCP);
19. **Álvaro Ferreira Alves**  
65 anos, médico cirurgião (MDP/CDE);
20. **Luís Oliveira Dias**  
44 anos, engenheiro electrotécnico, vereador da Câmara Municipal do Porto (PCP);
21. **Henrique Lemos**  
36 anos, operário, membro da Comissão de Trabalhadores da Petrogal e do Executivo da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da zona do Porto (PCP);
22. **José Selgueiro de Barros**  
36 anos, operário da construção civil, membro da Direcção do Sindicato da Construção Civil do Porto e do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto (PCP);
23. **Rogério Correia de Castro**  
32 anos, concluiu em 1970 o curso de Teologia no Seminário Maior do Porto recebendo Ordens Menores, licenciado em Filosofia e professor, fundador em 1974 do Movimento pró-oficialização do Curso Teológico, e actualmente membro da Comissão Organizadora da Associação dos Teólogos Portugueses (independente);
24. **Jaime Rodrigues Martins**  
55 anos, pequeno industrial de madeiras, pertenceu à Assembleia Municipal de Paredes (PCP);
25. **Agostinho Castro Lopes**  
64 anos, agricultor proprietário (independente);
26. **Miguel Ferreira Sampaio**  
52 anos, rendeiro, de Felgueiras, membro do Conselho de Gestão do Vale de Sousa, da Direcção do MARIN e da Aliança das Ligas, ex-presidente da Casa do Povo de Felgueiras (independente);
27. **Emílio Peres**  
48 anos, médico nutricionista (PCP);
28. **Leonor Monteiro**  
38 anos, empregada de escritório, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Escritórios do Porto (PCP);
29. **Carlos Rabaçal**  
27 anos, professor de educação física, membro da Comissão Executiva da JCP;
30. **Armando Teixeira Pimenta**  
38 anos, delegado de propaganda médica, membro da Assembleia Municipal de Gondomar (PCP);
31. **Albino Valdemar Madureira**  
35 anos, economista e técnico aduaneiro, vereador da Câmara Municipal de Matosinhos (PCP);
32. **Maurício Ferraz**  
46 anos, topógrafo, membro da Comissão de Trabalhadores da Petrogal (PCP);
33. **Júlio Antunes**  
35 anos, operário metalúrgico, dirigente sindical dos metalúrgicos (PCP);
34. **Júlio Cardoso**  
41 anos, empregado de escritório, director e actor da Selva-Troupe (PCP);
35. **Jorge Miguez Araújo**  
37 anos, professor de educação física e treinador de basquetebol do Futebol Clube do Porto (PCP);
36. **David Rodrigues**  
66 anos, operário têxtil reformado, dirigente do Movimento dos Reformados (PCP);
37. **Adrião Cunha**  
41 anos, chefe de serviço de vendas, ex-membro da UEDS, activista das equipas de Nossa Senhora (independente);

## Sessenta dirigentes sindicais e setenta eleitos da APU nos órgãos autárquicos estão incluídos nas listas: são homens e mulheres que ganharam já o voto da confiança dos seus companheiros de trabalho e dos seus conterrâneos.

**38. Fernando Ferreirinha Marques**  
38 anos, pescador da sardinha de Matosinhos (PCP).

### SUPLENTES

**39. Belmiro Pereira**  
23 anos, caixeiro, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Comércio Farmacêutico, membro do Secretariado da União dos Sindicatos do Porto (PCP);

**40. Artur Sá da Costa**  
35 anos, técnico superior do Ministério do Trabalho, foi delegado do Ministério do Trabalho, membro da Direcção do Sindicato da Função Pública - Zona Norte, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE;

**41. Fernando Faria Sampaio**  
44 anos, médico, vereador da Câmara Municipal de Valongo (PCP);

**42. Horácio de Freitas Mendes**  
31 anos, operário marceneiro, dirigente do Sindicato das Madeiras (PCP);

**43. Mário Bastos Rodrigues**  
29 anos, jornalista, director do jornal «A Terra» (PCP).

### SANTARÉM

**1. António Dias Lourenço**  
65 anos, operário metalúrgico, director do «Avante!», membro da Comissão Política do Comité Central do PCP;

**2. Raimundo Cabral**  
33 anos, operário agrícola, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP;

**3. Álvaro Brasileiro**  
45 anos, de Alpiarça, membro do Secretariado Distrital das UCP's e Cooperativas, deputado à PCP à Assembleia da República;

**4. José Vasco**  
56 anos, médico cirurgião, de Abrantes (independente);

**5. Madeira Lopes**  
37 anos, advogado, de Santarém, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE;

**6. Custódio Ferreira**  
51 anos, ferroviário, dirigente sindical e membro suplente do Secretariado da CGTP/IN, membro da Assembleia Municipal de Tomar (PCP);

**7. Carlos Gomes**  
33 anos, engenheiro técnico agrário, presidente da Câmara Municipal de Coruche (PCP);

**8. Eurico Garrido**  
40 anos, médico cirurgião, membro da Assembleia Municipal de Torres Novas (independente);

**9. Ana Cristina**  
27 anos, empregada de escritório, membro da Assembleia Municipal de Salvaterra de Magos (PCP);

**10. Henrique Arraioles**  
21 anos, monitor de educação física, Santarém (PCP);

**11. António José Ganhão**  
Professor do Ensino Secundário, presidente da Câmara Municipal de Benavente (PCP);

**12. Álvaro Branco**  
42 anos, operário metalúrgico, do Tramagal, dirigente e membro da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos (PCP).

### SUPLENTES

**13. Sérgio Carrinho**  
Empregado de escritório, presidente da Câmara Municipal da Chamusca (PCP);

**14. Francisco Nuno**  
46 anos, professor do Ensino Secundário de Torres Novas, director do semanário «A Forja» (MDP/CDE);

**15. Isabel Arruda**  
Empregada bancária, de Almeirim, delegada sindical (PCP);

**16. Carlos André**  
27 anos, funcionário público, membro da Assembleia Municipal de Vila Nova de Ourém (PCP);

**17. António Fernando Garcia Basílio**  
31 anos, engenheiro técnico agrário, de Coruche (PCP).

### SETÚBAL

**1. Domingos Abrantes**  
44 anos, desenhador, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP;

**2. José Vitoriano**  
63 anos, corticeiro, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e actual vice-presidente da Assembleia da República;

**3. José Manuel Maia**  
34 anos, operário metalúrgico na Lisnave, membro suplente do Comité Central do PCP, actual secretário da Assembleia da República;

**4. Ercília Talhadas**  
33 anos, operária têxtil na Quimigal, membro suplente do Comité Central do PCP, deputada da Assembleia da República;

**5. Sousa Marques**  
34 anos, engenheiro na Siderurgia Nacional, deputado da Assembleia da República (PCP);

**6. Carlos Espadinha**  
35 anos, pescador em Sines, deputado da Assembleia da República (PCP);

**7. Rogério Brito**  
34 anos, engenheiro técnico agrícola (PCP);

**8. Jorge Patrício**  
22 anos, operário da Setenave, membro da Comissão Central da JCP;

**9. Odete Santos**  
39 anos, advogada em Setúbal (PCP);

**10. Daniel Cabrita**  
34 anos, empregado bancário, técnico sindicalista da CGTP/IN;

**11. Marcos Antunes**  
55 anos, empregado de escritório em Almada, membro da Comissão Central do MDP/CDE;

**12. Matos Gago**  
36 anos, professor de educação física (PCP);

**13. Armando Castro**  
37 anos, montador electricista na Moita (MDP/CDE);

**14. Ana Francisca Moura**  
23 anos, psicóloga em Setúbal (independente);

**15. Romeu Correia**  
61 anos, escritor (independente);

**16. Maria Emília Correia**  
35 anos, empregada bancária, presidente da Junta de Freguesia de Almada (PCP);

**17. Manuel Guerreiro**  
29 anos, empregado de comércio no Pão de Açúcar, presidente da Comissão Executiva e Secretariado da União dos Sindicatos do distrito de Setúbal (PCP).

### SUPLENTES

**18. Conceição Morais**  
31 anos, empregada de escritório, presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Sesimbra, deputada da Assembleia da República (PCP);

**19. Nuno Cabeçadas**  
46 anos, empregado bancário em Almada, membro da Comissão Central do MDP/CDE;

**20. Sérgio Pinto**  
31 anos, professor no Montijo (PCP);

**21. José Jorge**  
33 anos, operário da Setenave, vereador da Câmara Municipal de Alcochete (PCP);

**22. Cristina Veríssimo**  
27 anos, médica em Alcácer do Sal (PCP).

### VILA REAL

**1. João Cunha Serra**  
62 anos, engenheiro, ex-bastonário da Ordem dos Engenheiros e actual presidente da Comissão Regional da Ordem de Lisboa, membro da Comissão de Reorganização do Douro, depois do 25 de Abril, vereador da Câmara Municipal de Lisboa (independente);

**2. Agostinho Lopes**  
35 anos, engenheiro, membro suplente do Comité Central do PCP, membro da Assembleia Municipal de Vila Real;

**3. João José Canavarro**  
68 anos, médico no Vidago, membro da Comissão Instaladora do Hospital de Chaves (MDP/CDE);

**4. José da Silva Gonçalves**  
36 anos, mecânico de automóveis, presidente do Sindicato da Construção Civil e Offícios Correlativos de Vila Real, membro suplente do Secretariado da CGTP/IN, de 1977 a 1979 (PCP);

**5. Virgílio Cardoso Alves**  
31 anos, técnico agrícola, presidente da Associação de Desportos de Vila Real (PCP);

**6. Marília Correia de Matos**  
44 anos, professora, membro da Assembleia Municipal de Chaves, do Conselho de Mulheres do Norte e da Comissão Directiva do Liceu de Chaves (PCP).

### SUPLENTES

**7. Manuel Diogo Ferreira**  
37 anos, professor, presidente da Comissão Directiva da Escola Preparatória de Sabrosa (PCP);

**8. Manuel Augusto Silva**  
50 anos, mineiro, delegado sindical desde 25 de Abril de 1974, membro da Direcção do Sindicato dos Mineiros do Norte e Centro (independente);

**9. João Nuno Correia de Sousa**  
29 anos, empregado de escritório, delegado sindical, ex-director da Associação Desportiva e Recreativa de Vila Pouca de Aguiar (PCP);

**10. Manuel Alves Guedes Pereira**  
31 anos, membro da Comissão Directiva da Escola Agrícola, membro da Assembleia Municipal da Régua (PCP).

### VIANA DO CASTELO

**1. Vítor Louro**  
Engenheiro silvicultor, deputado da Assembleia da República e presidente da Comissão Permanente de Agricultura e Pescas durante três sessões legislativas (PCP);

**2. António Cândido de Sousa Fernandes**  
57 anos, médico oftalmologista (PCP);

**3. Gilberto Lindim Ramos**  
Economista, trabalhou nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE;

**4. José Maria de Araújo Dias Brandão**  
33 anos, advogado de Arcos de Valdevez (PCP);

**5. Henrique de Passos Sousa**  
32 anos, agente de métodos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Viana do Castelo (PCP);

**6. António Rui Viana Fernandes da Penha**  
24 anos, empregado de escritório, membro da Assembleia de Freguesia de Monserrate, dirigente da Associação de Desportos de Viana do Castelo e do Centro Cultural do Alto Minho (MDP/CDE).

### SUPLENTES

**7. Jorge Silva**  
27 anos, professor, membro da Assembleia Municipal de Ponte do Lima (independente);

**8. Armando Branco**  
35 anos, empregado bancário, Meadela (PCP);

**9. Maria Helena Cabral de Araújo**  
43 anos, professor do Ensino Básico na Escola do Magistério de Viana do Castelo (PCP);

**10. António Vassalo Abreu**  
30 anos, funcionário das Finanças, membro da Assembleia Municipal de Paredes do Coura (PCP);

**11. Carlos Alberto da Cunha Alves**  
29 anos, operário, presidente do Sindicato da Construção Civil de Viana do Castelo (PCP).

### UISEU

**1. Carlos Carvalhas**  
Economista, deputado da Assembleia da República, membro suplente do Comité Central do PCP;

**2. Jaime Graheiro**  
Advogado e dramaturgo, de S. Pedro do Sul (PCP);

**3. Amadeu Ferro**  
Veterinário, de Moimenta da Beira (MDP/CDE);

**4. Diamantino Furtado**  
Médico de Mangualde (independente);

**5. Delfim Paiva Cardoso**  
Médico, de Castro D'Aire (PCP);

**6. José Fernando de Vasconcelos**  
Médico, de Cinfães (independente);

**7. Manuel de Sá Correia**  
Estudante, de Viseu (PCP);

**8. Júlio Alexandrino**  
Agricultor, de Viseu (PCP);

**9. António Garrido**  
Operário agrícola e dirigente sindical de São João da Pesqueira (independente);

**10. Agostinho Pipo**  
Operário da construção civil e dirigente sindical (independente).

### SUPLENTES

**11. Rosa Maria Lacerda de Oliveira**  
Conservadora do Registo Civil de Lamego (independente);

**12. Manuel Martins Costa**  
Professor (MDP/CDE);

**13. Alfredo Assunção**  
Empregado de escritório, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Viseu, de Mangualde (PCP);

**14. Horácio Carmelo dos Santos**  
Operário da construção civil, de Tondela (PCP);

**15. Martinho Quintela**  
Advogado, de Mortágua (PCP).

### EMIGRAÇÃO EUROPA

**1. José Corceiro Mendes**  
53 anos, assistente social na República Federal da Alemanha (independente);

**2. João Coutinho Ramos**  
32 anos, carpinteiro, emigrante em França (PCP).

### SUPLENTES

**3. João Vieira**  
36 anos, operário, sindicalista da CGT francesa (independente);

**4. António Rodrigues Vieira**  
36 anos, operário litógrafo, emigrado no Luxemburgo (PCP).

### EMIGRAÇÃO FORA DA EUROPA

**1. Amílcar Santos Martins da Silva**  
52 anos, médico, professor da Faculdade de Medicina da República Popular de Angola (independente);

**2. António Gomes da Silva**  
52 anos, alfaiate, membro da Junta Patriótica Portuguesa na Venezuela e do Comité de Solidariedade Internacional (COS) em Caracas (PCP).

### SUPLENTES

**3. António José Catarino Batista da Costa**  
49 anos, economista do Ministério do Comércio Interno da República Popular de Moçambique (PCP);

**4. Camilo Marques Gonçalves**  
46 anos, técnico de contas numa agência de viagens em Toronto, Canadá (MDP/CDE).

A última vigarice da «AD»

# O GOVERNO NÃO PAGA OS CEREAIS QUE COMPRA

Apesar do saque desenvolvido pelo Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, apesar do corte generalizado do crédito agrícola, apesar do aumento brutal dos factores de produção, na zona da Reforma Agrária assistimos este ano a uma produção cerealífera de elevado nível de rendimento. Produções unitária que oscilam entre 1800 a 2500 kg/hectare foram alcançadas na Reforma Agrária (no último decénio de domínio dos agrários, a média da produção unitária foi de 860 kg/hectare), o que não pode — como alguns demagogicamente pretendem — ser unicamente explicado pelas propícias condições climáticas. Aliás, está à vista que onde faltou o esforço dos trabalhadores, onde as suas tentativas para salvar as searas nas reservas, foram reprimidas com espancamentos e prisões, não houve bom tempo que desse volta ao absentismo, ao desprezo pela produção dos agrários beneficiados pelo MAP.

Na verdade as propícias condições climáticas são apenas um dos factores — importantíssimo — na melhoria da produção. Mas determinante para os resultados obtidos foi o esforço dos trabalhadores contra uma maré negra de obstáculos, o aumento do domínio da técnica por parte dos que trabalham nas UCPs/Coop., o desenvolvimento de um programa agrícola voltado para a defesa da produção e dos interesses económicos do país por parte das unidades colectivas. E isto no contexto de uma brutal ofensiva, de uma repressão encamiçada. Isto no contexto de um planificado e frio estrangulamento económico prosseguido pelo Governo em relação à Reforma Agrária.

Como poderiam ser então os resultados em circunstâncias de um governo democrático, na vigência de uma política agrária de apoio à Reforma Agrária? Eis a questão a que, sem dúvida, o futuro responderá.

**Governo ousa até reter pagamento de cereais...**

Lei-roubo da cortiça contra a qual os trabalhadores das UCPs/Coop., correspondendo à mobilização dos sindicatos, estão em greve na luta pela declaração da sua evidente inconstitucionalidade. Roubo de terra (já sem sequer cuidar das notificações...), de máquinas e de alfaias. Roubo de gados, não de qualquer gado indiscriminadamente, mas roubo de fêmeas, de reprodutores, de animais mais jovens. Eis alguns aspectos básicos da política de estrangulamento económico seguida pelo Governo «AD» contra a Reforma Agrária. E a estes aspectos que têm a ver não somente com a economia regional da zona de intervenção mas com a economia nacional, acrescenta-se um outro não menos grave, não menos escandaloso, não menos inconstitucional: o Governo responde ao aumento da produção unitária dos cereais, recusando o pagamento da presente campanha às empresas que devem mais de 750 contos ao CAE, através de um despacho publicado no «Diário da República», a 3/7/80, pretendendo ainda que o mesmo seja retroactivo, na medida em que à data de publicação já algumas — poucas... — UCPs haviam feito entrega da colheita dos cereais.

Esta incrível posição do Governo da Aliança reaccionária leva a colocar algumas questões:

— Quem paga às UCPs/Coop., o investimento efectuado na campanha cerealífera?

— Em que base é feita a duvidosa lista das UCPs que deveriam mais de 750 contos ao CAE, se grande parte deste já deveria ter passado, nalguns casos há anos, para crédito agrícola para investimentos? E quanto à parte que não tendo sido transferida para crédito a médio e a longo prazo, de qualquer modo teve de ser aplicada em investimentos? Em que base é feita a lista das UCPs devedoras, se por exemplo a UCP «29 de Julho» de Portalegre à qual o Estado deve mais de 80 mil contos em cortiça e passagem de crédito de emergência para crédito de investimento, e que não tem qualquer dívida para com o CAE, de qualquer modo não recebeu o pagamento dos cereais por parte da EPAC?

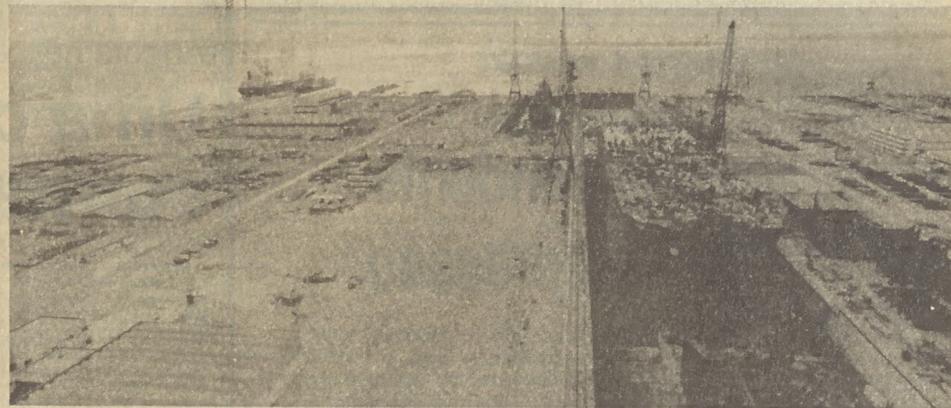
— Sendo sabido que o Estado deve mais de um milhão de contos às UCPs/Coop porque razão não desconta nesse montante as dívidas das UCPs ou porque não se apressa a pagar-lhes?

— Se o Governo precisa de dinheiro porque razão não cobra as antigas e as actuais dívidas dos agrários que atingem montantes fabulosos? Porque razão, ainda por cima, o Governo se encontra apressadamente a tentar processar o pagamento das indemnizações a capitalistas e agrários (e já transpira que do total das indemnizações, cerca de 200 milhões de contos, aos latifundiários caberá a modesta «maquia» de 30 a 50 milhões?

**Mais do que sabotagem...**

Na realidade aquilo a que estamos a assistir não é somente o estrangulamento económico das UCPs/Coop com o objectivo de sufocar a Reforma Agrária. Mais do que isso estamos a assistir a uma tenebrosa sabotagem económica: sem o pagamento dos cereais entregues à EPAC, as UCPs ficarão sem capacidade para investir, sem sementes e não poderão proceder à campanha de sementeiras de Outono/Inverno 1980/1981. E sem sementeiras não há produção. E sem produção avoluma-se a crise da economia nacional, o desemprego e a fome não somente para os trabalhadores da zona de intervenção mas para todo o povo português.

Lei roubo da cortiça. Roubo seleccionado de gado. Roubo das melhores terras, roubo de máquinas e alfaias. E agora retenção do pagamento dos cereais num ano de uma das melhores produções unitárias. Estas as faces de um mesmo edifício. Estas as características fundamentais de uma operação de estrangulamento do aparelho produtivo. Sendo dado que a produção florestal, principalmente a cortiça, a produção pecuária e a produção de cereais nas UCPs/Coop. contribuem em mais de 80 por cento para o Produto Agrícola Bruto gerado na Reforma Agrária e que a contribuição dos trabalhadores das UCPs/Coop para a criação da riqueza nacional — o Valor Acrescentado Bruto — atingiu em 1978 os 5 milhões de contos, quem poderá duvidar do que mais do que sabotagem económica, estamos claramente perante uma acção antipatriótica do Governo da Aliança reaccionária?



# O Governo contra a Setenave

A Setenave, empresa nacionalizada do ramo da construção naval, ocupa 6300 postos de trabalho e está localizada na península da Mitra, a 12 quilómetros de Setúbal.

Há mais de dois meses que a esmagadora maioria destes trabalhadores se encontra em luta. Primeiro fizeram greve às horas extraordinárias. Depois, continuando a greve às horas extraordinárias, decidiram encetar paralizações de duas horas diárias distribuídas por sectores e períodos de trabalho.

Mas os trabalhadores da Setenave estão dispostos a definir e a avançar com novas formas de luta. Porquê? O que move esta acção dos trabalhadores? Não querem trabalhar, como usualmente argumenta a direita reaccionária perante o direito à greve? Ou querem simplesmente ganhar mais, para se transformarem nos «aristocratas das cinturas industriais», como alega igualmente a direita na sua campanha de propaganda?

Porque o conflito se arrasta, os trabalhadores vieram para a rua explicar a legitimidade da luta que travam. No dia 6, em Lisboa, e no dia seguinte, em Setúbal, distribuíram à população um comunicado em que denunciam a intransigência do Governo em todo o processo de negociações.

**Trabalho duro**

Do total de trabalhadores, cerca de 3000 vivem a mais de 50 quilómetros do local de trabalho, o que significa uma média de 3 horas diárias em transportes, para além do horário normal diário de 8 horas e 30.

As condições de trabalho são duras. A par da grande qualificação profissional, a laboração, em grande parte, é feita em docas e plataformas, ao sol e à chuva. Quedas de grandes alturas, explosões e queimaduras graves constituem perigos constantes para os operários do estaleiro.

**O contributo dos trabalhadores**

Desde a nacionalização, os trabalhadores procuraram assegurar condições, em primeiro lugar, para que a empresa se consolidasse e garantisse o seu futuro, tendo em conta a crise mundial do sector e, em particular as condições concretas na Setenave.

Nomeadamente, no auge da crise internacional do sector, os trabalhadores da Setenave, puseram em prática voluntariamente horários de trabalho que permitiram à empresa a laboração de 24 horas por dia, durante seis dias da semana para aumentar a capacidade de concorrência da empresa com os estaleiros estrangeiros.

E mais: suportaram aumentos na sua participação nos custos sociais (preços das refeições, transportes, etc.). Pela qualidade do seu trabalho, reconhecido internacionalmente, pelo esforço e dedicação postos na defesa da empresa, pela contribuição importante que dão à economia nacional através da substancial entrada de divisas, os trabalhadores da Setenave julgam ter razão suficiente para exigir do Governo a satisfação das suas reivindicações.

**Reivindicações apresentadas**

Exigem os trabalhadores salários equiparados aos praticados pela metalomecânica pesada, que façam frente à inflação e reponham o poder de compra cada vez mais diminuído e, ainda, diuturnidades e carreiras profissionais.

Contra o aumento salarial de vinte e seis por cento apresentado pelos trabalhadores, o Governo «AD» apresentou a contraproposta de cinco por cento ou nada, contrariando assim — como recorda o comunicado — as afirmações de Sá Carneiro de que o poder de compra dos traba-

**lhadores aumentaria com o Governo da «AD».**

Posteriormente o Governo apresentou nova proposta que prevê aumentos compreendidos entre 5,6 e 7,6 por cento.

**A posição dos socialistas**

Considerando que a greve não é política, mas sim laboral e reivindicativa, o núcleo do PS na empresa, embora afirmando que se limitam a ficar como espectadores de todo este processo, (sic) acatando apenas, como dizem em comunicado, a vontade da maioria, não deixa de colocar no mesmo documento algumas interrogações:

«Pretenderá o Governo gerar um conflito entre trabalhadores e administração? Pretenderá, ainda, o agudizar da situação, empurrando-nos para a greve geral? Para quê? Para declarar a inviabilidade económica da empresa? Para ceder à Lisanave o sector das reparações, o único, aliás rendível? Ou será, apenas, o princípio do fim da Setenave como empresa nacionalizada?»

Por seu turno, o comunicado distribuído pelos trabalhadores da Setenave e subscrito pelos Órgãos Representativos dos Trabalhadores da empresa é claro ao afirmar:

«Verificámos que o Governo pretende isolar a nossa luta e abafá-la pelo silêncio, para depois melhor levar por diante os seus intentos, que é pela calada criar as condições para desmantelar a Setenave como empresa nacionalizada. Perante isto, para além de querermos dar a conhecer a nossa luta e a sua justiça, queremos impedir que o Governo «AD» destrua a nossa empresa e os 6300 postos de trabalho.»

Entendemos que a nossa luta, sendo pela melhoria das nossas condições de vida e, também, pela defesa da Setenave nacionalizada.

# MAP deve e não paga promete e não cumpre mas o titular é fã do conde de Lippe!

Ao mesmo tempo que o ministro da Agricultura e Pescas, Cardoso e Cunha, e os seus três secretários de Estado se deslocavam ao distrito de Bragança, numa visita de cariznitidamente eleitoral, que incluía a inauguração de uma Exposição de Cão de Caça e Corrida de Galgos (assuntos vitais para a problemática agrícola portuguesa, pelos vistos, segundo a óptica dos governantes «AD»...), o mal-estar entre os trabalhadores do MAP avolumava-se. É que os técnicos do MAP não recebem ajudas de custo nem subsídios desde Abril. O que quer dizer que o Estado, além de dever mais de 1 milhão e 300 mil contos às UCPs/Coop., além de reter o pagamento dos cereais das UCPs/Coop., ainda contrai débitos internos para com os seus próprios trabalhadores, dos quais a maior parte não são, felizmente, seus servidores...

De Abril a Agosto vai muito tempo, e assim os técnicos dos Serviços de Estruturação Agrária do MAP, em Beja, decidiram entrar em greve a todos os serviços externos. Nem por isso o ritmo das reservas

legais e levadas à prática repressivamente diminuí... Porque a verdade é que nem todos os técnicos desempenham tal função de instrumentos da inconstitucional e brutal prática do Governo. Ainda assim e como resposta, contra os direitos dos trabalhadores consignados na Constituição e na demais legislação de trabalho, os Serviços Regionais do MAP ameaçaram os trabalhadores de que «estavam sujeitos a sanções disciplinares se levassem por diante as suas intenções». É caso para recordarmos as recentes declarações do senhor Cardoso e Cunha, que, a propósito de uma «total reestruturação» dos serviços do Ministério, considerava que tal implicava repensar o MAP como uma espécie de exército e concluiu citando o exemplo do regulamento dos exércitos feito há duzentos anos pelo Conde de Lippe, o que, segundo o titular da pasta do MAP, continuaria actual... Que os homens da «AD» desejam profundamente a militarização da sociedade, eis o que mais uma vez é confirmado. O substracto ideológico de tais senhores ficou aliás perfeitamente esclarecido com

a biografia do seu candidato Soares Carneiro...

**Subsídio do gasóleo: promessas há muitas...**

Mas não só pelas dívidas contraídas e não liquidadas; não só pela brutalidade, pela ilegalidade, o MAP, o Governo «AD» dá que falar... Também pelas promessas feitas, reafirmadas e juradas para arrebanhar votos, e jamais cumpridas na prática. Entre elas, o célebre subsídio de gasóleo anunciado há mais de seis meses, emperrado (deliberadamente, atacam alguns agricultores) através de um sistema de atribuição «excessivamente burocrático e complicado, que permite fraudes de muito difícil detecção, e não corresponde às reclamações dos agricultores: não abrange o petróleo, deixa de fora grande parte do gasóleo consumido na actividade pecuária e, quanto ao transporte, apenas cobre o da uva», como denuncia a CNA num recente comunicado.

A CNA denuncia ainda, a propósito, que poucos foram os agricultores a entregarem as declarações exigidas pelos

Serviços do MAP, não somente por ausência de uma ampla divulgação e pelo curto prazo de entrega, mas também pelo desconhecimento das tabelas a serem utilizadas na comissão (hectare — cultura / consumo de gasóleo). Segundo a mesma organização, as estatísticas dos Serviços do MAP, cuja divulgação reivindicada, revelarão que «os subsídios prometidos não estão a ser pagos».

Aliás, no contexto da prática eleitoral da «AD» não será de admirar que os referidos subsídios sejam pagos unicamente em vésperas de eleições e com a intenção não confessada mas mais que certa de jamais repetir...

Entretanto, os agricultores continuam a pagar o gasóleo a 17\$50 e, por intermédio da CNA, fazem saber, uma vez mais, as suas reclamações: um subsídio que garanta um preço de 10\$00 por litro no gasóleo para a lavoura e que contemple outros combustíveis igualmente utilizados na agricultura, a imediata divulgação dos números obtidos através das declarações dos agricultores e o pagamento urgente à lavoura do subsídio do gasóleo.

# «Surdas» voltam aos bancos — 30 000 contos no BPA

As «surdas», que em gíria bancária significava as gratificações extra que certos funcionários privilegiados recebiam das respectivas administrações, quase sempre em segredo, e eram prática corrente no tempo do fascismo, ameaçam instalar-se na banca nacionalizada.

Isto mesmo denunciaram os delegados da área da Secção de Empresa do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, do Banco Português do Atlântico, durante uma reunião realizada na passada terça-feira, nas instalações do Sindicato.

Uma moção, aprovada por unanimidade na altura, começa por referir que os delegados do BPA tomaram conhecimento da intenção do Conselho de Gestão em pagar «surdas», que atingirão cerca de 30 000 contos, pondo em causa a Banca Nacionalizada, bem como a estabilidade dos trabalhadores bancários.

Repudiando esta medida que mais não visa do que retomar uma prática dos velhos métodos

capitalistas, privilegiando de forma imoral determinada elite dentro do Banco, os delegados responsabilizam o Conselho de Gestão pelas consequências que advierem de tal decisão.

Por último, na moção aprovada, apela-se para que o Secretariado da Secção de Empresa, em conjunto com outras estruturas do BPA, envie todos os esforços para que esta medida injusta e arbitrária não seja levada a cabo.

Dar conhecimento do teor da moção às estruturas sindicais do BPA, direcções sindicais, Conselho de Gestão do BPA e órgãos da Comunicação Social é por último aconselhado.

Entretanto, segundo alguns trabalhadores, o Conselho de Gestão do BPA pretendia concretizar rapidamente o pagamento das «surdas» de molde a que a reacção dos empregados da empresa e restantes camaradas de profissão encontrassem o facto consumado.

# Equipmetal: 600 trabalhadores sem salários

600 trabalhadores sem salários há dois meses, a administração reduzida a um elemento demissionário, os créditos bancários cortados, os avelas do Estado boicotados pela Banca e as encomendas reduzidas ao mínimo — este o balanço da situação que se vive actualmente na Equipmetal, empresa metalomecânica com serviços no Barreiro, Lisboa, Porto e Sines. Num comunicado recentemente divulgado pela comissão de trabalhadores da firma, acusa-se o Governo Sá Carneiro de incompetência, ao mesmo tempo que se denuncia a sua política de destruição do sector empresarial do Estado e de desrespeito pelos justos direitos dos trabalhadores, que já efectuaram paralisações em defesa dos seus empregos e do pão das suas famílias.

**Luta firme**

**nas Minas de Valongo**

Terminou ontem a paralisação de três dias decidida pelo plenário dos trabalhadores da empresa mineira de ardósia «Fonseca e Costa», de Valongo. A forma de luta aprovada resultou do desnível salarial existente entre o sector administrativo e produtivo. Apenas duas reivindicações foram apresentadas pelos representantes dos trabalhadores mineiros e da transformação: aumento de 500\$00 mensais e um subsídio de almoço de 50\$00. A entidade patronal recusou o pagamento daquele subsídio, mesmo após vários esforços de negociação e diálogo por parte dos trabalhadores.

**Afinal, a Ford não quis...**

Segundo noticiou em primeira mão o jornal inglês «Financial Times», diário intimamente ligado aos meios da alta finança internacional, a Ford anulou os planos relativos à construção de uma unidade industrial em Sines. «Um duro golpe para o Governo AD» — assim considera aquele jornal inglês a decisão dos administradores da Ford, que adianta: «Não foi formalmente anunciada pelo Governo de Sá Carneiro pelo que parecem ser razões políticas». Em declarações à Anop, o ministro da Indústria, Álvaro Barreto, foi obrigado a confirmar a notícia do «Financial Times». Enfim, um assunto destes soube-se primeiro em Londres e só depois em Lisboa...

**Propostas justas dos pescadores**

Prosegue a luta dos pescadores do Norte, agora numa fase de contactos com os seus companheiros de trabalho de Peniche e Figueira da Foz no sentido de promover a realização de acções comuns com vista à obtenção de duas importantes reivindicações: aumento do preço do cabaz de pescado para 120\$00 e a limitação planificada de capturas. Em comunicado recentemente distribuído, os pescadores de Matosinhos, Afurada, Vila do Conde e Póvoa de Varzim alertam a opinião pública para o facto de diariamente milhares de quilos de sardinha em óptimas condições para o consumo estarem a ser lançados para as fábricas de farinha, enquanto continua a ser impossível a muitos portugueses de diferentes pontos do País a compra de peixe. O documento manifesta ainda a apreensão dos pescadores sobre os «rumores de que o peixe destinado à farinha» e que é vendido a preços insignificantes, esteja em certos casos «a ser aproveitado para a indústria das conservas, hipótese esta admitida pela própria Associação dos Armadores», que, por outro lado, e ao contrário do que fez na vigência de outros governos, não critica agora a deficiente rede de frio existente no País.

# Sobre a Reforma Agrária e problemas da agricultura



**LÉNINE E OS CAMPONESES**  
Lénine forneceu a base sobre a qual se pôde efectuar a transformação socialista da agricultura e assegurar a elevação do nível material e espiritual da população rural.  
Código n.º 21.6 • Preço 90\$00



**A AGRICULTURA NOS PAÍSES SOCIALISTAS DA EUROPA**  
A produção agrícola dos países socialistas aumenta mais rapidamente que a dos países desenvolvidos da América ou Europa. Como? Porquê?  
Código n.º 0603 • Preço 90\$00



**LÉNINE E A QUESTÃO AGRÁRIA**  
Uma colectânea onde se apresentam de forma sistematizada as ideias de Lénine sobre a questão agrária.  
Código n.º 1201 • Preço 60\$00



**CONTRIBUIÇÃO PARA O ESTUDO DA QUESTÃO AGRÁRIA**  
Esta obra revela as leis do desenvolvimento capitalista na sociedade rural portuguesa. O rigor da análise alicerça a tomada de posição de classe face ao carácter contraditório do desenvolvimento do capitalismo na agricultura.  
Código(s) n.º(s) 0601,0602 • Preço 120\$00

# Turquia: um governo dependente que acenta na repressão

A Turquia é um país europeu, incrustrado no Médio Oriente. O único do velho continente onde ainda não é legal o Partido Comunista. Um país com um regime anti-democrático, abertamente apoiado pela NATO e pelos EUA, onde nenhum dos mais elementares direitos humanos é respeitado e lavra o mais desenfreado terrorismo. Um país em que, entretanto, a luta de massas cresce e assume expressões tão salientes como a greve geral em Izmir, no início deste ano, contra o despedimento colectivo de mais de 10 000 operários e a manifestação de 200 000 pessoas, em Julho, contra o assassinato do dirigente da Federação metalúrgica, Kemal Turkler.

Destes e doutros candentes problemas nos falou o representante da Turquia na Festa do «Avante!».



O actual governo é o governo do reacçãoário «Partido da Justiça» (AP), apoiado no Parlamento pelo fascista «Partido da Acção Nacionalista». Representa os interesses dos monopólios nacionais e estrangeiros. É no seu interesse que empreende actualmente uma grande ofensiva contra as condições de vida e os direitos democráticos do povo trabalhador. No campo da economia, tal traduz-se por um reforço do poder dos monopólios, em especial sobre os empreendimentos estatais (que apesar de continuarem sob controle dos gestores monopolistas, assentam em novas estruturas, produzem mais de consumo mais barato, facilitam matérias primas e produtos intermédios mais baratos, bem como energia, transportes, etc. e dessa forma constituem de certo modo objectivamente um apoio para os trabalhadores e a burguesia não monopolista).

### Na dependência do FMI

O FMI gostaria de propor uma desvalorização da lira turca de mais de 50%, seguida depois, semana a semana, de sucessivas pequenas desvalorizações (a chamada desvalorização deslizeante). De novo sob o «diktat» do FMI, o governo viria a proibir o comércio interno dos capitalistas privados com os países socialistas. O resultado de tais medidas é uma inflação de mais de 100% e uma subida de preços dos géneros de primeira necessidade de 300 a 400%.

### Repressão contra descontentamento popular

É por isso que se desenvolve no seio da população trabalhadora um descontentamento cada vez maior contra esta política. Dezenas de milhares de trabalhadores, em especial os metalúrgicos e os têxteis, encontram-se em greve. Apesar do estado de sítio (em vigor há ano e meio), multiplicam-se por toda a Turquia as acções de

massas. A isso responde o governo com uma segunda série de medidas: pretende-se construir a título duradouro um regime ditatorial semi-militar, através de leis anti-democráticas. Tais medidas viram-se sobretudo contra as organizações da classe operária. São particularmente aplicados os parágrafos 141-142, que proíbem a actividade do Partido Comunista e que, simultaneamente, proíbem todo e qualquer direito democrático da classe operária. Estão em preparação leis com vista à limitação do direito de greve, do direito de contratação colectiva, e com vista ao controlo da actividade dos sindicatos.

### «Protocolos especiais»

Esta actividade desenvolve-se ao mesmo tempo que novos passos não dados no sentido de uma ainda maior dependência da Turquia face aos círculos dominantes da NATO e dos EUA. Através do Tratado bilateral, recentemente assinado e cujas partes mais importantes são escondidas ao povo sob a forma de «Protocolos especiais», os EUA irão beneficiar de possibilidades ilimitadas de utilizar o nosso país como uma ponta de lança contra a União Soviética, bem como trampolim para as agressões dos EUA contra todos os países vizinhos. Os EUA, após terem sido derrotados na nossa região pelas revoluções dos povos do Afeganistão e do Irão, querem-se agora agarrar ainda mais à Turquia. Querem utilizar-se da Turquia como de um polícia na região, o que corresponde aos sonhos da parte mais agressiva dos monopólios na Turquia, que sempre ansiou por uma posição de hegemonia no Médio Oriente.

### 300 assassinados por mês

As medidas repressivas do governo são depois seguidas pelo terrorismo policial, dos generais do estado de sítio e dos bandos fascistas

armadas. O Primeiro-Ministro Demirel define frequentemente o PC da Turquia como o seu inimigo principal. Acrescenta também geralmente as palavras «não temos medo do PCT!», forma de tentar encobrir o medo dos monopólios perante o PCT, perante a luta crescente da classe operária. Trazer consigo o «Atılım», órgão central do PCT, é razão suficiente para prisão e perseguições. A Federação da Juventude Progressista da Turquia (IGD) e a União das Mulheres Progressistas da Turquia (IKD) já haviam sido ilegalizados no período do governo reformista-burguês de Ecevit (Presidente do Partido Republicano do Povo - CHP -, filiado na Internacional Socialista). Recentemente, os membros da direcção da IGD foram presos e torturados durante semanas. Numerosos membros da IGD, inclusive dirigentes, têm sido assassinados por bandos fascistas.

Contudo, o terror dirige-se igualmente contra outros sectores democráticos. É assim que vários dirigentes locais do CHP têm sido assassinados pelos fascistas. Quando do assassinato de um dirigente progressista do CHP, que não recusara a unidade de acção, por objectivos democráticos, com outras forças progressistas, o ministro do Interior esclareceu a imprensa que não era coisa assim tão grave, pois a vítima «não era um membro normal do CHP, mas antes um pró-comunista».

Todos os meses, grupos fascistas armados assassinam para cima de 300 pessoas. Nas regiões orientais, os fascistas tentam incitar camadas mais atrasadas da população para chacinhas colectivas, recorrendo a palavras de ordem religiosas. Numerosas cidades e bairros de cidades encontram-se ocupados pelos fascistas.

### cresce a luta popular

Contudo, a par disso, cresce a luta das forças antifascistas. No início do ano, o governo tentou pôr na rua cerca de 10 mil operários de uma fábrica da cidade de Izmir, para depois os substituir por fascistas especialmente recrutados e assim transformar essa fábrica num autêntico quartel de terror fascista. A luta decidida dos operários e dos habitantes da cidade (acções de massas e greve geral) acabaram por o impedir.

A exigência de demissão deste governo tornou-se uma palavra de ordem nacional. O governo de Demirel encontra-se no poder contra os interesses e a vontade da população. O PCT apoia todas as iniciativas que - junto com as lutas das massas trabalhadoras - visam o derrube deste governo. Afirma simultaneamente que nenhum governo da burguesia estará em condições de resolver a profunda crise do país. Apenas existe uma alternativa na realização de uma «Revolução de democracia avançada», possível através da tomada do poder pelas forças nacionais e democráticas da nossa pátria.

O profundo descontentamento das massas pode a todo o momento transformar-se num levantamento e simultaneamente alterar a correlação geral de forças, a ponto de pôr na ordem do dia a questão do poder.

Dá os comunistas prosseguem uma política que consiste em preparar as massas por meio de movimentações organizadas e de acções de massas que conduzam a um amplo movimento pela democracia, que contribua para o desenvolvimento da sua consciência revolucionária, que prepare no seio de tal movimentação democrática um exército político pronto para a Revolução.



## Angola não está só

# Uma campanha criminosa contra um povo

Nos últimos tempos têm recrudescido, na imprensa da direita e em certos meios da comunicação social estatizados, as campanhas contra a República Popular de Angola. Tais campanhas desenvolvem-se paralelamente a alguns acontecimentos registados naquele país, de entre os quais se destacam o prosseguimento da violação da soberania nacional da RPA por parte dos racistas sul-africanos, com ataques a povoações e populações indefesas, bem como a punição pelos órgãos judiciais competentes da RPA de 16 terroristas da Unita implicados numa série de atentados bombistas, alguns dos quais provocaram a perda de vidas humanas. O incêndio que, no final da passada semana, atingiu as instalações petrolíferas do Senegal no porto da cidade do Lobito tem igualmente vindo a ser tema aproveitado pelos que, no nosso país e a partir dele, perante a total passividade do governo, lançam contra a RPA violentas campanhas de calúnias e de mentiras.

Os jornais da direita, e os órgãos de informação que essa mesma direita domina - directamente, através do governo ou por interposta pessoa - têm-se vindo progressivamente a transformar nos porta-vozes para o nosso país do movimento fantoche liderado por Savimbi: a propósito de qualquer daqueles acontecimentos, eis que os dirigentes da Unita são profusamente citados nos órgãos de comunicação social estatizados e em toda a imprensa da direita e pasquins fascistas.

Esta campanha mantida em Portugal acompanha de perto a tentativa que meios ocidentais têm vindo a realizar no sentido de relançar o movimento fantoche de Savimbi como dispendo de influência entre a população da República Popular de Angola.

Que os órgãos da direita o façam, está na sua própria natureza; mais - que se regozijem com os desejos sanguinários de vingança de Jonas Savimbi, isso caracteriza-os bem. Mas o que já se torna inadmissível é que o governo português mantenha um silêncio altamente comprometedor sobre essas actividades que, em território nacional, se desenvolvem contra um povo e um país com o qual mantemos relações diplomáticas.

É certo que este governo não se confunde com os sentimentos do povo português, que tem provado estar solidário com o povo angolano. Mas a actuação governamental não deixa

de ser altamente prejudicial para o nosso país. Os democratas e o povo português repudiam as campanhas e os ataques que, diariamente, certos meios lançam contra a República Popular de Angola nos meios de comunicação social nacionais, do mesmo que condenam veementemente as agressões sul-africanas a território e populações angolanas, os atentados bombistas cometidos por terroristas da Unita e os actos de sabotagem contra a economia angolana, como o recente incêndio do Lobito.

Os comunistas portugueses não apenas juntam a sua voz à opinião pública nacional e internacional que condena tais actos contra a soberania e a segurança de um povo como, inteiramente solidários com a RPA, o seu governo, o seu povo e o MPLA-PT exigem a tomada de medidas que impeçam que o nosso país sirva de base de campanhas contra Angola e de lançamento de grupos terroristas funcionando a soldo da África do Sul.

Ao fazê-lo, solidarizam-se igualmente com o povo da Namíbia e com a SWAPO, seu legítimo representante, na luta pela independência nacional contra o racismo sul-africano.

### Um acto criminoso de sabotagem

Entretanto, as autoridades de Luanda, tomaram já posição acerca do incêndio que deflagrou no Lobito, cuja autoria foi reivindicada em Paris pela Unita. Num comunicado do Departamento de Educação Política, Propaganda e Informação do MPLA-PT, diz-se, a determinado passo:

A velocidade com que as agências do imperialismo divulgaram a notícia leva-nos a supor que se trata de mais um acto criminoso de sabotagem levado a cabo pela África do Sul através dos seus fantoches angolanos e demonstra a profunda ligação entre certos centros do imperialismo e as acções de sabotagem da economia angolana, desencadeada em perfeita coordenação por racistas sul-africanos, os grupos fantoches e os principais centros de difusão de propaganda do imperialismo.



## Sérgio Vilarigues visitou a Polónia

# QUE SE PASSA?



1 maio



«Avante!» - Camarada Sérgio Vilarigues, a tua recente estadia na Polónia seguiu-se a informações e especulações na imprensa da Europa capitalista sobre perturbações sociais naquele país. A tua visita e os encontros efectuados tiveram alguma relação com o esclarecimento sobre esta campanha?

Sérgio Vilarigues - Não. Este convite estava formulado há bastante tempo, mas ainda não houvera possibilidade de o concretizar. Faz parte dos contactos e consultas normais entre partidos irmãos.

«A!» - É contudo natural que esta campanha tenha sido abordada nos encontros realizados na Polónia?

SV - Os camaradas polacos deram uma informação sobre a situação geral do país - como é habitual nestes encontros - e a questão também foi abordada. É claro que o que se passa é substancialmente diferente do que por aí se diz e escreve.

Voltarei ao assunto, mas, na generalidade, os encontros que tive com os camaradas Zdzislaw Zandrowski, (membro suplente do Bureau Político e membro do Secretariado do Comité Central do POU), Ryszard Frelek (membro do Secretariado do CC e chefe da Secção Internacional do POU) no Comité Central, em Varsóvia, e com o camarada Zdzislaw Grudzin, membro do Bureau Político, e outros camaradas da direcção regional, em Katowice, foram muito ricos e abordaram muitas outros aspectos.

Em primeiro lugar, as questões da defesa da paz e do desarmamento. O POU atribui grande importância aos problemas da segurança europeia e tem nesse sentido contribuído com importantes iniciativas. O encontro realizado em Varsóvia entre o presidente Ciscard d'Estaing e o chanceler Helmut Schmidt, bem como o previsto encontro entre Helmut Schmidt e o camarada Gierek, igualmente em Varsóvia, revestem-se naturalmente de grande importância numa altura em que os projectos do imperialismo americano e da NATO de colocar mísseis estratégicos na Europa criaram um clima de tensão contrário aos interesses de todos os povos europeus. Por outro lado, naturalmente que decorre da consequente política de paz dos países socialistas o grande interesse na preparação do próximo encontro de Madrid, com vista a criar condições para que dele possam sair conclusões efectivamente favoráveis aos interesses da paz e do desanuviamento.

Unificado Polaco tem tomado iniciativas no campo internacional como foi, por exemplo, também o Encontro de Paris dos Partidos Comunistas sobre a Paz e o Desarmamento, de iniciativa conjunta do POU e do Partido Comunista Francês. Há algum motivo especial para isso?

SV - Como já disse, a defesa da paz e do desanuviamento tem sido e continua a ser uma constante da política dos países socialistas e do movimento comunista internacional. Nesta visita à Polónia tive oportunidade, uma vez mais, de constatar como é profundo o anseio generalizado de defesa da paz e há que não esquecer que a Polónia foi dos países mais duramente atingidos pela II Guerra, e a memória e cicatrizes dessa tragédia estão ainda bem vivas.

É bem necessário visitar os países socialistas para ver com os próprios olhos a vontade profunda dos seus povos de banir a guerra, vontade que assenta num horrível conhecimento da tragédia.

Há que não esquecer que Varsóvia foi completamente arrasada pelos nazis (e quando digo arrasada não me refiro apenas a bombardeamentos aéreos ou de artilharia: foi um trabalho metucioso de destruição à bomba por cargas explosivas planificado prédio a prédio, rua a rua, bairro a bairro por técnicos) - inclusive arquitectos). Estive também em Cracóvia que só não foi destruída porque o avanço relâmpago dos exércitos soviéticos do marechal Konev encurralou os nazis e não lhes deu tempo a destruir uma cidade que é, toda ela, um tesouro.

Aliás, estive também em Auschwitz. É claro que todo nós já vimos fotografias, já vimos livros, já vimos mesmo filmes. Mas estar lá é na realidade o ser confrontado com coisas que ultrapassam tudo. Ver, ver mesmo, montanhas de cabelos de mulheres e amostras de tecidos feitos com eles, os fornos crematórios, as câmaras de gás, objectos feitos de pele humana (um porta-moedas, por exemplo) - enfim, é cimentar ainda mais fundo que - fascismo, nunca mais.

«A!» - Voltando à questão da campanha contra a Polónia.

SV - Houve efectivamente paralisações parciais nalgumas dezenas de empresas, mas não se trata de qualquer fenómeno generalizado muito longe disso.

No essencial o problema surgiu em torno de um recente aumento do preço da carne,

mas há aspectos que é preciso sublinhar.

O consumo per capita de carne na Polónia é superior a 70 kg. e nalgumas regiões atinge os 90 kg., ou seja, largamente mais do dobro do que em Portugal. Presentemente, o preço da carne é mais ou menos metade do preço em Portugal, mesmo tendo em conta todas as diferenças de câmbio consideradas da forma mais desfavorável. Sendo fruto de hábitos alimentares muito antigos (embora haja bastante peixe, o seu consumo é baixo), a melhoria do nível de vida tem, naturalmente, conduzido a um muito grande aumento de consumo. A situação é agravada pelo facto de os custos de produção destes produtos terem aumentado extraordinariamente, sem contrapartida até à data nos preços de compra (o leite, por exemplo, é comprado ao produtor - muitas vezes privado, uma vez que só cerca de 30% da terra é que está nacionalizada - exactamente pelo dobro do preço que é vendido ao público, suportando o Estado a diferença). O ajuste que se fez era em certa medida indispensável, até tendo em conta que os camaradas polacos - tal como os de todos os países socialistas - não escondem as dificuldades incluindo as que lhes são criadas pelo aumento do preço das matérias-primas, como o petróleo, nos países capitalistas.

Em nenhuma circunstância, porém, verifiquei qualquer tipo de inquietação, nem ao nível dos dirigentes, nem ao nível popular.

A pura verdade é que em 1979 o saldo da balança comercial da Polónia foi pela primeira vez favorável e o desenvolvimento - seja na habitação, seja na assistência social, seja no ensino, seja no nível de vida em geral - é mais do que evidente.

«A» - Falando de problemas de matérias-primas, a Polónia é um país de grandes riquezas minerais. A Silésia é muito rica de carvão, cobre, etc...

SV - Sem dúvida. Estive também na Silésia que, para além de ser de facto um imenso manancial de riqueza (200 milhões de toneladas de carvão anuais) é igualmente um exaltante bastião da classe operária polaca. Fiz aliás duas visitas que particularmente me impressionaram.

Uma foi à mina «Lenino», uma gigantesca mina com mais de 300 km de galerias subterrâneas onde trabalham mais de 7 000 operários. As condições de trabalho, de segurança, de assistência que observei são um exemplo acabado do empenho do socialismo na produção, por

um lado, e na defesa dos trabalhadores sob todos os aspectos por outro.

Ao longo daquelas enormes extensões de galerias existe um complexo problema de comunicações que permite que, em qualquer altura, da sala de controlo se fale com qualquer mineiro e que qualquer mineiro possa falar com a sala de controlo. Foi uma experiência inesquecível ter, através desse sistema de comunicação, dirigido uma saudação aos mineiros que estavam a trabalhar no fundo e receber, lá do fundo, uma saudação dirigida a todos os trabalhadores e comunistas portugueses! Para além disso, no próprio edifício da direcção da mina existe um sanatório em funcionamento permanente, com tudo o que se possa pensar (dos raios infravermelhos às piscinas de tratamento) que assistem os mineiros - e não falando num sistema de segurança contra fugas de gás, gerido por um computador, que analisa constantemente milhares de dados que lhe são transmitidos do fundo das galerias!

Estive igualmente noutra mina, esta de sal, onde foi feita uma obra extraordinária: a mina está parcialmente desactivada e os quilómetros de galerias subterrâneas foram transformados, constituindo hoje um majestoso museu que inclui desde raridades de cristais de sódio até um imenso património de ferramentas mineiras antigas. Mas o mais extraordinário é que existe um sanatório subterrâneo dentro da mina! É que está demonstrado que o ambiente interno das galerias, devido ao sódio, exerce um influência altamente benéfica em pessoas com doenças respiratórias, nomeadamente casos de asma. Pelo que foi construído um vasto complexo de instalações que inclui desde ginásios a restaurantes - tudo no fundo da mina!

E poder-se-ia falar ainda do extraordinário parque de Katowitz (mais de 500 hectares) que é um excelente exemplo dos cuidados postos na defesa do ambiente numa zona tão complexa sob o ponto de vista de poluição como é a Silésia.

Mas o desenvolvimento é uma realidade: recentemente foram descobertos mais filões de cobre e estão igualmente a fazer-se estudos intensivos para o aproveitamento da hulha de altíssima qualidade existente, com vista à sua refinação.

Enfim, pese a todas as campanhas, a Polónia conhece um desenvolvimento real, as condições de vida melhoram dia a dia e o povo polaco está disposto a defender as suas conquistas - motivo por que decididamente se empenha também na defesa da Paz.

Semana

6 Quarta-feira 1825 - A Bolívia torna-se independente.



A aliança EUA-China vem de longe...

O Banco Mundial decide conceder à Junta fascista que recentemente usurpa o poder na Bolívia um financiamento de 50 milhões de dólares...

7 Quinta-feira 1819 - Simon Bolívar derrota os realistas da Colômbia na batalha de Boyacá...



RFA: quem protesta...

Em comunicado, a Frente Polisário anuncia que abateu no passado dia 2 um Mirage-F1 da Força Aérea marroquina...

8 Sexta-feira 1863 - Morre o pintor francês Delacroix.

O furacão "Allen" um dos mais violentos deste século, aproxima-se da costa dos EUA, após ter feito mais de cem mortos na zona das Caraíbas...

9 Sábado 1974 - Na sequência do escândalo "Watergate", Richard Nixon demite-se da Presidência dos EUA.

Um tribunal militar condena à morte 22 extremistas sunitas de direita por crimes cometidos em 1978 durante três dias de desordens que causaram 111 mortos perto de Adana...

10 Domingo 1966 - Termina em Havana a Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS).



Lagos, capital da Nigéria

É divulgado na imprensa que o governo nigeriano exigiu a três multinacionais norte-americanas de petróleo - SHELL, Gulf e Mobil - a devolução de 182.095 milhões de dólares...

11 Segunda-feira 1953 - O rei Abdullah, da Jordânia, é assassinado, tendo o seu neto Hussein ocupado o lugar.

Paul Durand, inspector dos serviços secretos franceses, é demitido das suas funções por suspeita de envolvimento com o grupo fascista responsável pelo atentado bombista na estação de Bolonha...

12 Terça-feira 1955 - Morre o escritor norte-americano, de origem alemã, Thomas Mann.

O senador Edward Kennedy desiste da sua luta pela nomeação como candidato à presidência, depois de ter perdido a primeira votação na Convenção Nacional do Partido Democrático...

O que é que está em jogo nas eleições nos EUA?

A campanha eleitoral para a presidência dos EUA decorre entre renovadas promessas, escândalos, manobras políticas tendentes a conquistar certos sectores do eleitorado...

Um "presente envenenado"

A luta entre os candidatos possíveis, está agora na ordem do dia. A convenção dos Democráticos, iniciada dia 10, consagrou a obrigatoriedade dos delegados votarem no candidato escolhido na área que representam...

Na batalha entre democratas e republicanos, as estruturas eleitorais, devidamente financiadas pelos respectivos monopólios, de tudo deitam mão para obter a sua (não do povo americano) vitória...

Ulster: um exemplo da política de Londres

No sábado passado realizou-se em Belfast uma manifestação contra o regime de internamento imposto pela Grã-Bretanha ao Ulster, Irlanda do Norte, há nove anos...

A questão religiosa

O governo britânico não recorre só ao aparelho repressivo para manter o seu domínio sobre o Ulster. Deita mão também da própria divisão religiosa do país...

O que é o regime de internamento

Há nove anos, a 9 de Agosto de 1971, o governo inglês decidiu agravar ainda mais a repressão sobre o povo irlandês...

A raiz do problema Ulster

Assim, a questão do Ulster não é uma questão religiosa nem surgiu com a prática bombista da IRA "provisória" (antes esta se prende à repressiva prática colonial de Londres)...

Uma tónica - a crescente abstenção

Em 15 de Julho de 1975, Carter sublinhou que "dois terços da população não participam nas eleições". Desde a segunda grande guerra, é de mais de 40% a média de eleitores que se recusa regularmente a participar nas eleições presidenciais...

Sempre promessas...

Em 6 de Agosto, face a uma assistência constituída, no essencial, por população negra, e ignorando por completo os recentes acontecimentos de Miami, Carter declarou: "Estou aqui, hoje, para renovar o juramento que vos fiz de nunca abandonar a nossa luta comum pela igualdade dos direitos, das oportunidades e da dignidade de todos os homens e mulheres que vivem nos Estados Unidos"...

abandonar a nossa luta comum pela igualdade dos direitos, das oportunidades e da dignidade de todos os homens e mulheres que vivem nos Estados Unidos"...

É difícil encontrar exemplo mais concreto do real significado das promessas eleitorais. Uma farsa. Tais promessas abundam agora mais uma vez. Reagan promete a redução dos impostos. Carter, em declarações de 6 de Agosto, garante o lançamento de um plano de "renascimento económico" que deverá permitir a criação de "milhões de empregos" através da modernização das velhas indústrias e da concretização de um vasto programa energético...

Na manifestação que na véspera da Convenção Nacional do Partido Democrático reuniu em Nova York milhares de pessoas (mais de quatro mil, segundo os dados da polícia), dois cartazes destacavam-se à cabeça: "Carter campeão dos Direitos Humanos?" e "Junta Salvadoreña feita nos EUA". Uma palavra de ordem insistente e repetida foi: "Dinheiro para empregos e não para armas"...

Assim o povo dos Estados Unidos denuncia e protesta contra a polícia de Washington, lesiva dos seus interesses, lesiva dos interesses dos povos de todo o mundo. Política enformada pelo objectivo supremo de aumentar os lucros do grande capital norte-americano.

O desequilíbrio entre gastos militares e gastos sociais ilustra particularmente bem o conteúdo de tal política. Em Janeiro de 1979 aumentou o orçamento militar. Os fundos sociais foram cortados de 15 a 20 milhões de dólares. Em 1980, aumentou novamente o orçamento militar. Nessa base procedeu-se a novo corte no crédito ao consumo e nas despesas públicas ligadas aos serviços sociais...

Hoje volta a prometer-se mais empregos, menor inflação, mas os dados reais, referidos por Fidel Castro na Cimeira dos Não-Alinhados apontam para uma realidade bem diferente. Enquanto cada cidadão norte-americano contribui com 700 dólares para os gastos militares e em 1990, em cada minuto, Washington dispensará 116 mil dólares com armamento, 1 milhão e 600 mil trabalhadores perderão o emprego nos EUA...

Esta a verdadeira política dos governos norte-americanos, a política do grande capital. O caso da indústria petrolífera é particularmente significativo. De acordo com informações divulgadas pela imprensa da RFA, 31 senadores e 63 deputados norte-americanos, ligados à indústria petrolífera, aumentaram a sua fortuna em mais de 7% durante o ano de 1979. Nesse mesmo ano as multinacionais norte-americanas de petróleo tiveram um lucro líquido de 21 bilhões de dólares. A Exxon, por exemplo, teve um aumento de 23% nos seus lucros em operações de exploração

olhos à questão fundamental da unidade da Irlanda, os círculos dominantes ingleses apenas podem recorrer a um mais amplo emprego das armas e das leis repressivas, ao puro arbítrio. Que a prática histórica demonstra não conduzir à vitória dos que assim se opõem à vontade dos povos.

Rejeitando a solução dos problemas sociais, políticos e económicos da população católica reprimida, fechando os

Luta na América Latina greve geral em El Salvador



O povo de El Salvador vencerá

Neste momento decorre em El Salvador a greve geral para os dias 13, 14 e 15, convocada pela Frente Democrática Revolucionária. "A resistência aos generais está muito longe de ser sufocada", afirma o jornal burguês da RFA "Frankfurter Allgemeine", a propósito dos acontecimentos na Bolívia...

que confirma as dificuldades com que a Junta se debate. Assim, no contexto geral da América Latina, o golpe na Bolívia surge, não como o primeiro elo de uma nova cadeia de golpes fascistas, mas sim como um esforço gigantesco do imperialismo para jogar num ponto onde a situação geográfica (a Bolívia tem fronteira com vários países fascistas) lhe poderá facilitar a acção. Esforço que se evidencia também no Chile, como em El Salvador.

Novas agressões da Somália à Etiópia

A Somália desencadeia novas agressões contra a Etiópia, actualmente na região do Ogaden, província oriental da Etiópia. Poderosas colunas militares somalis, com cerca de 14 mil soldados, invadiram esta região, tentando, em vão, ocupar posições. Acusando o governo somali destas agressões a território etíope, o governo revolucionário da Etiópia destaca o perigo para a paz que tais agressões comportam e denuncia, simultaneamente, a hipocrisia das queixas somalis sobre pretensos ataques etíopes e sobre refugiados ("milhões de refugiados etíopes", de acordo com as declarações de Mogadishu, capital somali). O governo revolucionário etíope denuncia ainda a responsabilidade do imperialismo nestes factos, empenhado na aquisição de novas bases militares na zona, que os EUA pediram formalmente à Somália e se preparam para utilizar contra os processos revolucionários no Afeganistão e no Irão.

A nova agressão a território etíope foi precedida dos correspondentes preparativos militares e propagandísticos. O general Syaad Barre, presidente da Somália, foi repetindo que "os etíopes projectam invadir o Norte para cortar o nosso país em dois, ocupando Hargeisa e Berbera" e que "nós não reivindicamos nenhum território". Mas simultaneamente a Somália insiste na recuperação das "provincias perdidas", que denomina "Somália Ocidental" ou "Somália etíope". Aliás, as suas pretensões territoriais - que baseiam em razões históricas que, a serem invocadas em todos os continentes, levariam obrigatoriamente a um indefinido multiplicador de conflitos - estendem - não só à Etiópia, mas também, como ficou confirmado na guerra contra a província etíope da Eritreia, ao Quênia e ao Djibouti.

A par da campanha propagandística desenvolve-se a preparação militar. A preocupação com o armamento domina um país que os países capitalistas que lhe vendem armas dizem não ter uma economia. Perto de Hargeisa, a maioria das tropas e do material bélico foram transferidos para a fronteira. Tenta-se mobilizar as populações para a guerra. O general Mohamed Yusuf Salaan, um dos dois vice-ministros da Defesa que comanda as tropas do Norte do país, está instalado na fronteira há seis meses. A Somália tem vindo a comprar armas italianas e francesas (a Fiat afirma que, em três anos, quintuplicou os seus negócios com o governo somali). Pese embora os argumentos de "agressão", a isto não podem deixar de se chamar preparativos para a guerra.

Aliás, o Poder na Somália tem razões de sobra para desejar a guerra. O governo somali tem que corresponder às expectativas do imperialismo, em cuja dependência se coloca. Por outro lado, importa de alguma forma afastar as atenções do povo somali dos gravíssimos problemas que reconhecidamente o país enfrenta. Para a Etiópia, pelo contrário, a guerra é uma sobrecarga prejudicial ao seu desenvolvimento, um desvio das forças que deseja concentrar integralmente na recuperação socioeconómica do país. A política seguida após a conquista da paz na Eritreia é esclarecedora. Lado a lado com as populações, o exército revolucionário trabalhou na construção de estradas, escolas, hospitais, casas. Foram concedidas facilidades materiais a 77 mil pessoas, vítimas da guerra. Mais de 2 mil desempregados foram rapidamente colocados em empresas industriais. 103 mil pessoas participaram em cursos de alfabetização.

DOSSIER ANTI COMUNISMO 25 de Abril Resposta a distribuição

# A «AD» E O ESCÂNDALO

O Conselho Permanente da «AD», a propósito da significativamente tardia manifestação de solidariedade que decidiu dirigir a Sá Carneiro, acaba de lançar uma série de insultos sobre o PCP a respeito do escândalo das fraudes e irregularidades cometidas pelo 1.º Ministro para escamotear uma elevada dívida à Banca.

Considera-se por isso necessário o seguinte comentário:

1. Tal como os sucessivos mas abstractos «desmentidos» de Sá Carneiro ou os comunicados dos seus advogados, o comunicado do C. P. da «AD» não responde a uma só das acusações concretas que têm sido dirigidas a Sá Carneiro, nem desmente uma só das múltiplas fraudes e irregularidades por ele praticadas e que a impressionante documentação já publicada comprova.

2. O espalhafato verbal do comunicado do Conselho Permanente da «AD» não consegue disfarçar a profunda inquietação e desespero que assalta os dirigentes da «AD» perante a crescente convicção existente na opinião pública de que o país está perante um escândalo de enormes proporções e de importantes consequências políticas.

3. A partir deste comunicado da «AD», todos os dirigentes daquela coligação se convertem em cúmplices políticos e morais das fraudes e irregularidades praticadas por Sá Carneiro. A partir de agora, não é apenas o 1.º Ministro que está irremediavelmente envolvido neste escândalo, mas toda a clique reaccionária que detém conjuntamente o governo do país, que terá de responder e pagar politicamente pela sua cumplicidade em operações fraudulentas e irregulares.

4. Na sua violência e destempero, o comunicado da «AD» revela claramente que os dirigentes da coligação reaccionária estão dominados pela enorme frustração de não poderem recorrer aos métodos

repressivos e brutais com que o fascismo outrora silenciou os escândalos em que se atolaram figuras destacadas do seu regime.

O dirigente da «AD» Carlos Macedo, em declarações provocatórias ao «DN» que revelam bem a sua baixa moral, teve há dias o desplante de insultar o sacrifício e os sofrimentos dos militantes comunistas durante a resistência antifascista, ao afirmar que «para o PC a legalidade é uma tortura e a clandestinidade uma vocação». Mas o comunicado da «AD» comprova uma vez mais que é a reacção que sofre por se viver em democracia e que, temendo a luz da liberdade, deseja impedir os democratas de exercerem os seus direitos constitucionais denunciando as práticas fraudulentas e corruptas de dirigentes da «AD».

5. Um mínimo de vergonha e de respeito pela dignidade do Estado e das instituições democráticas já deveria ter levado o 1.º Ministro a demitir-se, a exemplo do que, em circunstâncias de muito menor gravidade e responsabilidade, fizeram diversos governantes de países da Europa Ocidental.

Mas se o 1.º Ministro não assume tal decisão voluntariamente, então poderá colocar-se a necessidade de iniciativas adequadas que configurem uma resposta das instituições a uma situação verdadeiramente insustentável.

6. Em qualquer caso, há uma convicção que justamente se amplia entre o povo português: a convicção de que, para defesa da liberdade e da democracia, mas também para assegurar a moralização da vida pública e para garantir que no futuro governo do país não venham a estar autores de fraudes, falsificações e falcaturas, é absolutamente imperioso derrotar a «AD» nas próximas eleições.

Lisboa, 7 de Agosto de 1980.

A SIP do PCP



## Um leitor fez contas! Até no suborno vigarizam!

Sr. Director

Leitor pouco habitual do jornal que dirige, tomei no entanto contacto com o último exemplar do "Avante!", de 7 de Agosto, por motivo da dívida do dr. Sá Carneiro, assunto em que me sinto interessado e em relação ao qual faziam referência na primeira página.

Foi deste modo que vi, depois da leitura do artigo do meu interesse, o tema que ocupava toda a última página e que se relaciona com as fraudes eleitorais, infelizmente ainda possíveis após Abril de 1974. Como uma esmagadora maioria de portugueses acreditei que aquela data assinalava a ruptura definitiva com métodos desonestos tão habituais nas eleições que a então União Nacional organizava.

Não é assim. Pelo que me foi dado ler — e a fazer fé no que publicam — os últimos actos eleitorais caracterizaram-se por falcaturas descaradas, em grande parte praticadas nos distritos a norte do Tejo. Mas até em Lisboa artimanhas semelhantes foram utilizadas.

Como é possível isto? Em nome de que liberdade e de que democracia se permitem — diria mesmo — promover — acções deste jaez? Em nome de que ideologia se envereda por esta prática de corrupção?

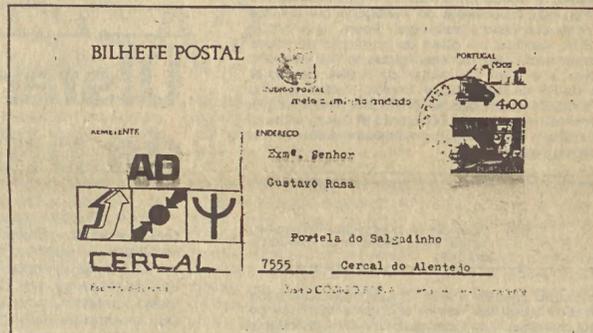
E por falar em corrupção, gostaria, já agora, de vos chamar a atenção para um facto que vos deve ter passado despercebido. É que mesmo na corrupção que promovem, conseguem ser corruptos.

No recibo do comerciante de S. Luís, cuja fotocópia publicam, a soma dos preços dos artigos de mercearia discriminados não dá 300\$00, mas apenas 200\$00. Portanto, o eleitor a quem foi feita a oferta de trezentos escudos em géneros alimentícios e outro tanto em dinheiro, para que no próximo acto eleitoral se inclinasse a votar na "AD" ainda saiu defraudado em 100\$00. Exemplar.

Sem outro assunto, aproveito, Sr. Director, para destacar que esta minha carta teve por objectivo proferir um desabafo, embora não haja impedimento da minha parte se a decidir utilizar como bem a entender.

Atentamente,

Fernando Manuel Marques Oliveira  
Coimbra



Aliança Democrática A.D.  
Deseja-lhe boas festas, e um ano novo cheio de felicidades. Sr. Germano a Aliança Democrática ajuda-o, pelo Natal, dirija-se à mercearia do Sr. José Inácio da Silva, em São Luís, apresente este postal, receberá 300\$00 em mercearias e 300\$00 em dinheiro; passará assim um natal mais feliz. se este ano não o fizer, para o ano que vem vote Aliança Democrática A.D. oby.

Recebu

FACTURA N.º

30 de 12 de 1979.

Il. Sr. MANUEL ANTONIO

JOSE INACIO DA SILVA

Fazendas

COMERCIANTE

Mercearias, Têxteis e Vários

S. LUIS, ALENTEJO

Val Begonha S. Luis DEVE

1	ganhafe azeite	10,50
1	ganhafe azeite	53,50
1	Paquete ARROZ	20,50
1	Paquete ALICIA	21,00
1	77 bolos	32,00
1	77 leite	19,50
1	11 maca	5,10
1	11 enjaguelo	10,20
1	11 de Barba	19,50
5	6 de lanternas	5,00
		300,00
	Recebu em dinheiro	300,00 Esc.
		600,00

As tentativas de corrupção dos eleitores por parte da «AD» são a outra face da mesma moeda: a da batota eleitoral, da actividade caciquista. Numa das mãos, o dinheiro e os géneros para aliciar; na outra, a moça para obrijar. Os documentos acima reproduzidos são bem elucidativos: o postal a anunciar a «iniciativa» e a factura relativa a um eleitor «ganho» para a «AD»!

O que o "Avante!" publicou a semana passada